

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
JOSÉ CARLOS MARUJO

“INTELECTUAL REVOLUCIONÁRIO”: MEMÓRIA E TESTEMUNHO DE JORGE
SEMPRÚN EM *AUTOBIOGRAFIA DE FEDERICO SÁNCHEZ* (1977)

FLORIANÓPOLIS
2019

JOSÉ CARLOS MARUJO

“INTELECTUAL REVOLUCIONÁRIO”: MEMÓRIA E TESTEMUNHO DE JORGE
SEMPRÚN EM *AUTOBIOGRAFIA DE FEDERICO SÁNCHEZ* (1977)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito à obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Borges Nedel

FLORIANÓPOLIS
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Marujo, José Carlos

"Intelectual revolucionário": Memória e testemunho de Jorge Semprún em Autobiografia de Federico Sánchez (1977) / José Carlos Marujo; orientadora, Leticia Borges Nedel, 2019.
70 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. História dos Intelectuais. 3. Memória. 4. Testemunho.
5. Jorge Semprún. I. Nedel, Leticia Borges. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III.
Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico **JOSÉ CARLOS MARUJO**, matrícula nº **16201318**, entregou a versão final de seu TCC, cujo título é **“INTELECTUAL REVOLUCIONÁRIO”:** **MEMÓRIA E TESTEMUNHO DE JORGE SEMPRÚN EM AUTOBIOGRAFIA DE FEDERICO SÁNCHEZ (1977)**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 09 de julho de 2019.

Assinatura manuscrita em tinta verde da Prof. Dra. Leticia Borges Nedel, sobre uma linha horizontal.

Orientadora
Profa. Dra. Leticia Borges Nedel

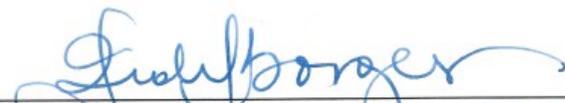


Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

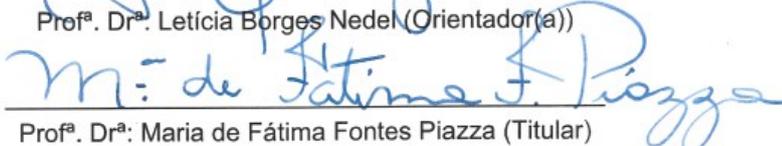
ATA DE DEFESA DE TCC

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove , às 14 horas e 00 minutos, na Sala 10 (Departamento de História), reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof^ª. Dr^ª: Letícia Borges Nedel (Orientador(a) e Presidente); Prof^ª. Dr^ª: Maria de Fátima Fontes Piazza (Titular); Ms Emilly Fidelix da Silva (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 73/HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico José Carlos Marujo, intitulado: **“Intelectual revolucionário”: memória e testemunho de Jorge Semprún em Autobiografia de Federico Sánchez (1977)”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof^ª. Dr^ª: Letícia Borges Nedel, nota 10, Prof^ª. Dr^ª: Maria de Fátima Fontes Piazza, nota 10, Ms Emilly Fidelix da Silva, nota _____, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 10 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 01 de julho de 2019



Prof^ª. Dr^ª: Letícia Borges Nedel (Orientador(a))



Prof^ª. Dr^ª: Maria de Fátima Fontes Piazza (Titular)

Ms Emilly Fidelix da Silva (Suplente)



José Carlos Marujo (Acadêmico)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à universidade pública. Ainda que cheia de contradições, resiste nela a esperança de uma produção e difusão democrática do conhecimento.

À todas as amigas e amigos que me acompanharam nessa trajetória. Consciente das omissões, que não diminuem a importância das personagens não mencionadas, lembro aqui de Caroline Silva, Juliaine Cunha, Caroline Matoso, Luana Ledermann, Caroline Atencio, Darwin Brum, Tairane Ribeiro, Gabriel Ribeiro e tantas e tantos mais colegas da Universidade Federal de Pelotas que iniciaram essa jornada comigo. Foi com vocês que me encontrei, que experimentei a sensação de fazer parte de um grupo, que me entendi enquanto ser político.

Lembro também de Murilo Custódio, Kerolyn Ribeiro, Daiane da Silva, Sofia Badalotti, Isa Liz e de muitas e muitos outros que encontrei na Universidade Federal de Santa Catarina. Na companhia de vocês, confrontei quem eu era com quem gostaria de ser e, cada um do seu jeito, com as idas e vindas da vida, vocês me ensinaram mais sobre mim do que talvez saibam.

À Eder Hackbarth. Nossa amizade diz o suficiente.

À Lucas Serafim. O aqui-agora com você é minha inspiração para o futuro.

À Nátaly, João Victor, Isadora e Rafaela, pelos sorrisos.

À Sebastiana, minha avó, e Kellen, minha irmã. Com vocês aprendo a ter humildade.

À Edilma. Mãe, em você há uma determinação, uma vontade de viver, que me lembram que estou só no início do meu caminho. À Aparecido. Pai, sua confiança inabalável é a fundação sobre a qual me ergo. Não posso descrever a felicidade e a gratidão de ter vocês em minha história.

A mim mesmo, por minha persistência e dedicação, por minha obstinação e sacrifício para realizar este sonho que não é só meu.

“Eu sei que após minha morte meu túmulo será coberto por uma pilha de lixo, mas o vento da História cedo ou tarde irá varrê-la sem misericórdia”

- Josef Stalin (1945), segundo Viatcheslav Molotov (1991)

“Eu prosseguirei revolvendo esse passado para pôr a nu suas chagas purulentas, para cauterizá-las com o ferro vermelho vivo da memória”

- Jorge Semprún (1977)

RESUMO

Em *Autobiografía de Federico Sánchez* (1977) o escritor e militante Jorge Semprún (1923-2011) dedicou-se a narrar, num estilo autobiográfico peculiar, sua atuação no Partido Comunista da Espanha (PCE) a partir de 1945, que culminou na sua expulsão da organização em 1965. A partir de 1953, Semprún foi um dos principais dirigentes das atividades clandestinas dos estudantes e intelectuais do PCE, na Espanha franquista, onde atuava sob o pseudônimo Federico Sánchez. Suas divergências com o partido eram, em primeiro lugar, em relação à interpretação da conjuntura política e econômica espanhola; em segundo, sobre as reações da direção do partido frente as críticas de Semprún ao PCE, que ele acusava de antidemocrático e cujos métodos relacionava ao stalinismo. Pretende-se, neste trabalho, compreender o papel de Semprún enquanto intelectual do partido no contexto da destalinização, além de realçar e analisar os momentos de desajustamento que motivaram seu investimento na memória. Nesse sentido, propõe-se compreender o uso político que Semprún faz de sua escrita autobiográfica, situando as suas estratégias discursivas no âmbito das disputas internas do partido. Tal entendimento, por fim, evidencia o modo com que a escrita autobiográfica, entendida como testemunho histórico, serve ao projeto de Semprún de reconsideração da história do PCE e de reparação de sua subjetividade enquanto intelectual.

Palavras-chave: História dos Intelectuais. Memória. Testemunho. Jorge Semprún.

ABSTRACT

In *Autobiography of Federico Sánchez* (1977) the writer and militant Jorge Semprún (1923-2011) narrated, in a peculiar autobiographical style, his actions within the Communist Party of Spain from 1945 until his expulsion in 1965. From 1953 onwards, Semprún was one of the main leaders of the intellectuals and students' clandestine opposition to the Franco regime under the pseudonym Federico Sánchez. His divergences with the party related, firstly, to the interpretation of the Spanish political and economic conjuncture; secondly, to the reactions from the party's leaders towards Semprún's critiques of the organization, which he accused of being anti-democratic and having stalinist methods. This work intends to understand Semprún's role as a party intellectual in the context of destalinization, while also highlighting and analysing the moments of maladjustment that motivated his investment in memory. Considering that, it proposes to understand the political use Semprún makes of his autobiographical writing, considering that his discursive strategies come from the internal disputes of the party, which ultimately shows the way in which autobiographical writing, taken as historical testimony, serves Semprún's project of reconsideration of the party's history and of reparation of his subjectivity as an intellectual.

Keywords: Intellectuals History. Memory. Testimony. Jorge Semprún.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|----|
| | INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 | O ‘DEGELO’ E OS PARTIDOS COMUNISTAS | 24 |
| 1.1 | O governo e o culto de Stalin | 26 |
| 1.2 | Os vermelhos espanhóis | 32 |
| 2 | “INTELECTUAIS CABEÇA DE VENTO” | 37 |
| 2.1 | “As trevas exteriores” | 41 |
| 2.2 | A religiosidade comunista | 46 |
| 3 | “VERMELHO VIVO DA MEMÓRIA” | 52 |
| 3.1 | “Stalinismo ideológico” | 55 |
| 3.2 | “Intelectual revolucionário” | 58 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 62 |
| | REFERÊNCIAS | 65 |

INTRODUÇÃO

Autobiografía de Federico Sánchez, lançado em 1977 por Jorge Semprún, é uma obra complexa. Quando foi escrita e publicada, a Espanha iniciava sua redemocratização após quase quarenta anos de uma ditadura fascista. Tematicamente, o livro trata dos dez anos em que seu autor atuou como um dos principais representantes do Partido Comunista da Espanha (PCE) na oposição clandestina dos estudantes e intelectuais no país. Nesse sentido, relaciona-se ainda ao ‘degelo’ da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) iniciado após a morte de Josef Stalin e a subsequente denúncia de seus crimes e métodos, que afetou os partidos comunistas de todo o mundo. Assim, os seguintes questionamentos guiam esse trabalho: qual era o papel de Semprún enquanto um intelectual de partido durante o ‘degelo’? Que impacto essa experiência trouxe para sua trajetória? Como ele utilizou a memória desse período para acertar contas com o partido? De que modo essa mesma memória serviu para definir a si mesmo – enquanto militante, intelectual e testemunha desse processo?

Nesta Introdução faremos uma breve revisão do quadro histórico em que se inserem os principais elementos da obra de Semprún. Em seguida, buscaremos apresentar os conceitos que guiam o trabalho: memória e cultura política. A partir do primeiro, exploraremos a noção de memória coletiva e as formas de configuração ou enquadramento da memória, além de suas manifestações através de testemunhos e autobiografias. Estes dois últimos elementos, reunidos sob a noção de escritas de si, nos levam à questão do trabalho de construção das subjetividades e, principalmente, à pluralidade dos atores sociais. Por fim, o conceito de cultura política elucidará as configurações dos ritos, símbolos e ideias comunistas, além de suas relações com os intelectuais¹.

As denúncias ao culto à personalidade, à violência de Estado e ao caráter ditatorial do governo de Stalin feitas no discurso *Sobre o culto de personalidade e suas consequências*, proferido a portas fechadas por Nikita Khrushchev no encerramento do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 25 de fevereiro de 1956, são tomadas como ponto de partida da desestalinização da URSS, fato que levou o período de liderança de Khrushchev a ser conhecido como ‘degelo’ do país.

Bruno Groppo afirma que esse processo ocorreu dentro de “estritos limites”, já que era necessário preservar a legitimidade dos dirigentes do partido e do próprio Estado, e foi interrompida com a queda de Khrushchev em 1964, ao que se segue uma restauração

¹ Vale ressaltar que estes conceitos são polissêmicos. Foge do escopo e das possibilidades deste trabalho revisá-los extensiva e exaustivamente.

conservadora liderada por Leonid Brezhnev. Nesse momento, conhecido como “estancamento”, vários aspectos do stalinismo e da figura de Stalin, principalmente seu papel como líder militar, foram reabilitados oficialmente².

Novos esforços de destalinização só vieram no final da década de 1980, quando Mikhail Gorbatchov implementou reformas no sistema soviético, o que resultou no primeiro grande debate público sobre o passado stalinista. Os intelectuais da década de 1960, que durante o ‘degelo’ iniciaram discussões sobre a repressão stalinista e o sistema concentracionário, tiveram papel central nesse movimento, que durou de 1987 a 1991 e expôs uma profunda divisão da sociedade russa a respeito do stalinismo e do passado soviético. O debate tornou-se tão intenso que, rapidamente, superou os limites da política gorbacheviana e pôs em cheque, também, o leninismo, a figura e obra de Lenin, bem como a própria Revolução de Outubro. Groppo considera que tal movimento contribuiu para deslegitimar o sistema e acelerar seu colapso, que se concretizou na primeira metade da década de 1990³.

Apesar de ‘secreto’, em março de 1956 partes e versões do discurso de Khrushchev começaram a circular entre os Partidos Comunistas e jornais do ocidente, gerando reação imediata. Um dos principais efeitos imediatos do Relatório foi dar um suporte moral ainda mais sólido ao anticomunismo⁴. Outra consequência foi o efeito avassalador do Discurso sobre os movimentos comunistas de todo o mundo. Como aponta Thiago Alves, ao analisar tal processo no Partido Comunista Brasileiro, “sintomas de desespero, preocupação e desconfiança começaram a ganhar força nos meios comunistas”⁵. Muitos militantes abandonaram as organizações comunistas nesse período, sendo o caso britânico um dos mais emblemáticos, já que muitos de seus ideólogos mais notáveis, como Edward Palmer Thompson, Raphael Samuel e John Saville, deixaram o partido, no que foram acompanhados por um grande número de militantes.

² GROPPPO, Bruno. Memoria, remoción, olvido del estalinismo en la Rusia postsoviética. *Aletheia*, La Plata, v. 8, n. 15, out. 2017, f. 4-5.

³ *Ibidem*, p. 6-7.

⁴ Rodrigo Motta recupera as imagens “infernais” produzidas pelos anticomunistas, atacando o país dos soviets por ser uma afronta a moral, um inimigo da religião e um bastião do ateísmo, da violência e da miséria com um caráter ditatorial. Stalin, nesse contexto, aparecia em discursos anticomunistas como o mestre das marionetes “vermelhas”, encarnadas em pessoas como Luís Carlos Prestes. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002, p. 69-75, 87.

⁵ ALVES, Tiago João José. **A pátria socialista**: a URSS sob o imaginário do PCB (1946-1953). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011, p. 148.

Nesse contexto, um caso peculiar foi o do Partido Comunista da Espanha. Como demonstra Francisco Erice⁶, as revelações sobre Stalin tiveram um grande efeito moral entre os militantes do partido, principalmente os mais velhos, para quem a defesa sem contestação da União Soviética, representante da possibilidade de mudança social, era uma crença arraigada. Paradoxalmente, no entanto, não houve no PCE um grande movimento de dissidência, já que prevaleceu uma sensação de compreensão e uma adesão acrítica à nova linha de Khrushchev. As recomendações do dirigente soviético favoreciam o giro tático empreendido pelo partido a partir de 1956, que buscava construir o socialismo, na Espanha franquista, a partir da pacifista política de Reconciliação Nacional, ou RN⁷.

Até a deposição de Khrushchev em 1964, no entanto, um grupo de intelectuais do partido desenvolveu críticas ferrenhas à linha de atuação e análise de conjuntura da organização. Um dos protagonistas dos embates internos do PCE nesse momento foi Jorge Semprún. Nascido na Espanha em 1923, exilou-se na Holanda e depois na França com sua família, durante a Guerra Civil Espanhola, em 1936. Envolveu-se, a partir de 1942, com o Partido Comunista da Espanha e com a Resistência Francesa à ocupação nazista, o que resultou na sua prisão pela Gestapo no ano seguinte. Alocado em Buchenwald, foi libertado em 1945 e retomou sua atuação no PCE, do qual foi um dirigente, até sua expulsão do partido em 1965.

Além disso, o militante tornou-se reconhecido também por sua escrita literária. Seu primeiro livro, *A grande viagem* (1963), é dedicado a rememoração de sua passagem pelo campo de concentração. O tema é recorrente em sua obra, assim como o estilo autobiográfico, em livros de memórias e testemunhos que recorrem frequentemente a elementos ficcionais. Em *Autobiografía de Federico Sánchez*, Semprún narra a trajetória de Federico Sánchez, um de seus codinomes, como dirigente clandestino dos movimentos intelectual e estudantil de Madri entre 1953 e 1963. Nesse sentido, concentra a ação narrativa em um período específico de sua biografia, a vida de militante, além de estabelecer uma separação entre o autor Semprún e o protagonista Sánchez, de forma simbólica, mas também psíquica, já que Federico parece assumir uma subjetividade própria.

É nesse livro, também, que ele expõe a natureza das divergências que levaram ao seu desligamento da organização. Elas diziam respeito, principalmente, a duas questões: a primeira é a crítica à política de reconciliação, no que se tornavam latentes as discrepâncias entre a

⁶ ERICE, Francisco. El Partido Comunista de España, el giro de 1956 y la lectura selectiva del XX Congreso. *Nuestra Historia*, Madrid, n. 2, 2016, p. 71-2.

⁷ *Ibidem*, p. 70.

análise de conjuntura empreendida pelo partido e aquela de Semprún junto e outros intelectuais, e a segunda é o apontamento dos métodos antidemocráticos, ditos stalinistas, do partido.

Um dos principais aspectos de *Autobiografía de Federico Sánchez* é a participação de Semprún no movimento comunista sob a égide de Stalin. Nesse sentido o livro dedica-se ao “tema das relações do intelectual com o partido, e mais amplamente com o movimento operário em geral”⁸ durante sua atuação clandestina sob o codinome Federico Sánchez. Para tal, Semprún considera necessário sublinhar, de imediato, que ele havia “sido um intelectual stalinizado”⁹.

O primeiro acerto de contas da obra é, assim, consigo mesmo. Oferece uma justificativa, ou ao menos uma explicação, para seu papel ambivalente de vítima e algoz; de ex-deportado guerrilheiro e representante intelectual de uma ditadura. Seu *mea culpa*, nesse sentido, compõe representações sobre o papel e a atuação dos intelectuais. Analisaremos, a partir dos arquétipos e modelos que ele propõe, a reconstrução que Semprún faz de sua própria subjetividade enquanto intelectual e ex-militante antifranquista.

Quando o livro foi lançado, em 1977, a Espanha encontrava-se em plena transição democrática e o PCE havia voltado à legalidade recentemente, o que permitiu a emergência de uma discussão pública sobre o papel do partido na história no país. Semprún busca, nesse contexto, estabelecer a sua visão dos acontecimentos, quiçá com o objetivo de moldar a própria história do partido, e faz isso a partir e através de sua memória.

Michel Pollak afirma que a memória, apesar de parecer localizada no indivíduo, é também “um fenômeno coletivo e social, ou seja, [um] fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”¹⁰. Um dos primeiros a ponderar sobre esse caráter coletivo da memória foi Maurice Halbwachs, para quem “a memória é um fenômeno social” – equivale a dizer, na tradição durkheimiana, um “fato social” – sustentado por quadros sociais, no interior dos quais se transmite os “campos de significados [...] que nos servem de pontos de referência”. Os principais marcos seriam o espaço e o tempo, enquanto “sistemas de convenção social” que dependem do “caráter coletivo e simbólico da linguagem”. A linguagem, portanto, permite “a compreensão comum dos símbolos e dos significados e a comunhão de noções que compartilhamos com os membros do grupo social”, o que imprime o caráter coletivo à memória¹¹.

⁸ SEMPRÚN, Jorge. **Autobiografía de Federico Sánchez**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 18.

⁹ Ibidem, p. 21.

¹⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 201.

¹¹ BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 30.

Esses símbolos, no caso de Semprún, se exprimem em noções referenciais como intelectual, militante, dirigente comunista e sobrevivente de campo de concentração. Tal imposição de sistemas classificatórios ocorre pela transmissão da memória através da linguagem e dos códigos sociais de um determinado tempo e espaço.

Na visão de Pollak, a memória se constituiria partir dos eventos em si, dos personagens que rememoram e dos lugares de memória. No que diz respeito aos eventos, podem referir-se aos acontecimentos vividos pelo indivíduo em si, àqueles “vividos por tabela” em relação à comunidade do indivíduo ou a eventos “que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo”, num tipo de “memória quase que herdada”; o mesmo pode ser dito em relação aos personagens. Quanto ao terceiro elemento, pode configurar-se em espaços “particularmente ligados a uma lembrança” pessoal ou então a uma memória pública, no caso dos “lugares de comemoração” e monumentos¹².

Ao olharmos para Semprún a partir desses critérios, percebemos a defasagem entre a memória convencionalizada pelo partido sobre a Revolução Russa e a utopia socialista, que o autor vive por tabela, e a ruptura provocada pela experiência e pelo conhecimento da realidade totalitária do regime socialista, além do aspecto antidemocrático e sectário das organizações comunistas.

Tais critérios podem referir-se a “acontecimentos, personagens e lugares reais”, mas também a uma “projeção de outros eventos”. Exemplo disso seria o hibridismo entre as memórias das duas guerras mundiais na França. Outro destaque diz respeito aos “vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento”, que podem variar conforme o nível de inserção de uma pessoa na vida pública¹³. Essas contradições, no entanto, não anulam ou falseiam o relato, na medida em que ajudam a compreender “a ligação real disso com a construção do personagem”¹⁴. Nesse sentido, Pollak afirma a seletividade da memória: “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”, pelo contrário, ela sofre constantes flutuações na medida em que é, por um lado, herdada e, por outro, é organizada “em função das preocupações pessoais e políticas do momento”¹⁵.

A memória, longe de ter uma essência definida, é constantemente negociada e disputada “em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”¹⁶. Pollak dá o exemplo da memória de organizações, como os partidos comunistas,

¹² POLLAK, op. cit., p. 201-4.

¹³ Ibidem, p. 203.

¹⁴ Ibidem, p. 204.

¹⁵ Ibidem, p. 205.

¹⁶ Ibidem, p. 205.

que entram na disputa para “verem reconhecida a interpretação do passado” elaborada por eles sobre os mais diversos eventos, trabalho este que “é muito árduo, que toma tempo, e que consiste na valorização e hierarquização das datas, das personagens e dos acontecimentos”¹⁷. Alguns dos eventos que marcam essa disputa, objetivada em *Autobiografia*, são a denúncia de Stalin, as decisões da direção do PCE durante o ‘degelo’, a organização e funcionamento da militância clandestina na Espanha e o processo de redemocratização.

Assim, a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”. Podemos analisá-la na medida em que delineamos suas funções, que comumente estão atreladas a “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões...” garantindo, assim, sua coesão interna¹⁸.

Na disputa pela memória da ditadura franquista e da destalinização, para nos aproximarmos do tema em questão, as organizações realizam o chamado “*trabalho de enquadramento da memória*”, que é objeto do investimento de “historiadores orgânicos”,¹⁹. Esse trabalho “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”²⁰.

Além desse enquadramento da memória, expressão que Pollak toma emprestada de Henry Rousso²¹ para se referir ao trabalho de adequação do passado às expectativas e circunstâncias do presente, existiria o “*trabalho da própria memória em si*”, ou seja, a manutenção de si mesma realizada não só pela transmissão da memória, mas pelo modo como essa memória transmitida influencia o presente e constitui-se como variável para o futuro: quando o partido comunista, exemplifica o autor, “amarrou bem a sua história e a sua memória, essa memória [passa] a trabalhar por si só, a influir na organização, nas gerações futuras de quadros” proporcionando, assim, períodos de preocupação menos intensa com a memória e a identidade. Modificações na composição da organização, pelo contrário, rearranjam também a história e a memória do partido em geral, apesar de porem em risco a coerência e unidade do grupo²².

Paul Ricœur, lendo Aristóteles, afirma que a memória se divide entre *mnéme*, a presença da lembrança, e *anémnesis*, a busca da lembrança. Os sujeitos dessa memória incluem todas as

¹⁷ POLLAK, op. cit., p. 206.

¹⁸ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 9.

¹⁹ POLLAK, 1992, p. 206-7, grifos no original.

²⁰ POLLAK, 1989, p. 10.

²¹ Cf. ROUSSO, Henry. H. Vichy, le grand fosse. **Vingtième Siècle**, Paris, n. 5, p. 55-80, jan./mar. 1985.

²² POLLAK, 1992, p. 207, grifos no original.

peças gramaticais (eu, tu, ele...), ou seja, haveria uma atribuição plural da memória que, por sua vez, atenuaria a assimetria entre as memórias individual e coletiva. O êxito da operação de recordar está no reconhecimento da memória como legítima. O testemunho, assim, seria uma promessa em relação ao passado, na qual se confia através de um realismo crítico – ou seja, a pressuposição da factualidade do acontecimento do qual é dado testemunho – a partir de uma lógica de probabilidade. Na visão de Ricœur, o historiador parte do testemunho arquivado para as fases explicativa e literária da história²³. Nesse sentido, a memória se constitui enquanto matriz da história através do testemunho²⁴.

Como aponta Beatriz Sarlo, para Ricœur “o testemunho está na origem do discurso histórico”²⁵. Além disso, considera-se os tempos dessa narração: existe o presente da enunciação em que “se começa a narrar”, relacionado intimamente ao presente da rememoração, que é “inscrito na narração”, ou seja, o presente em que se rememora inevitavelmente deixa marcas no narrado. A recuperação de determinado passado, terceiro tempo, é a condição para o discurso testemunhal²⁶. Em tudo isso está implicado o sujeito, que “é inseparável da autodesignação” enquanto testemunha, “porque ele esteve ali onde os fatos (lhe) aconteceram”. Nesse sentido, conclui Sarlo, “o discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro”²⁷.

O sujeito, por sua vez, se constituiria através da narrativa, o que Ricœur chama de “identidade narrativa”. Nessa compreensão, “o conhecimento de si próprio é uma interpretação” que privilegia a narrativa – informada por “modelos narrativos” da história e da ficção – como forma de mediação²⁸. Está implicada aqui a diferenciação da noção de identidade enquanto mesmidade (*idem*), ou seja, aquela que permanece através do tempo, da identidade enquanto um si-mesmo (*ipseidade-ideidade*), ou seja, do sujeito que se temporaliza²⁹.

²³ RICŒUR, Paul. Historia y memoria: La escritura de la historia y la representación del pasado. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (org.). **Historizar el pasado vivo em América Latina**. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2007, passim.

²⁴ Este procedimento é criticado por Étienne Anheim. Cf. ANHEIM, Étienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre “A memória, a história e o esquecimento”, de Paul Ricœur. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Leticia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 140ss.

²⁵ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007, p. 37.

²⁶ *Ibidem*, p. 49.

²⁷ *Ibidem*, p. 50-1.

²⁸ CORREIA, Carlos João. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Tradução comentada de “L’Identité narrative” de Paul Ricoeur. **Arquipélago**, Ponta Delgada, n. 7, 2000, p. 177-9.

²⁹ *Ibidem*, nota 9.

A narrativa autobiográfica de Semprún tenta processar as ambiguidades de sua atuação política, procurando encontrar alguma coerência para si. Nesse processo, destaca-se ele mesmo enquanto fio condutor de sua obra e Sánchez como um si-mesmo, que se separa de sua história de vida e organiza o tempo através da narrativa de maneira específica. Como veremos, tal divisão do sujeito se expressa não só no título do livro – já que ele pretende ser a autobiografia de *Federico Sánchez* enquanto um sujeito em si, não a autobiografia de *Jorge Semprún* – mas também em sua estrutura narrativa e gramatical.

Bernard Lahire nega uma homogeneidade da cultura e, portanto, a unidade dos sujeitos e dos esquemas de ação que, segundo o autor, orientam a conduta dos “atores”³⁰. Para o sociólogo, tanto as teorias da ação que pregam uma fragmentação do sujeito, quanto as que defendem sua unidade absoluta, são insuficientes. No caso das segundas, que ele supõe representadas principalmente na teoria do *habitus* de Bourdieu, seus fundamentos sociais encontram-se em “abstrações unificadoras com relação à diversidade social”, como o nome próprio, assinatura, documentos de identificação e “relatos de si”³¹.

Entre esses relatos de si encontram-se os testemunhos que, enquanto gênero textual, partem do pressuposto de que se viu e ouviu algo “que agora se transmite sob forma escrita ou oral”. Nesse sentido, “a testemunha carrega o passado para o presente”³². Na mesma direção, Márcio Seligmann-Silva, ao falar de narrativas sobre experiências traumáticas, ressalta que o testemunho, quando é realizado, parte da “necessidade [...] de estabelecer pontes com ‘os outros’”³³. Tal necessidade nasce da presença do evento passado no presente e se realiza, necessariamente, no próprio presente: “na situação testemunhal o tempo passado é tempo presente”³⁴.

Podemos tomar *Autobiografía de Federico Sánchez* como um testemunho na medida em que Semprún utiliza-se constantemente desse diálogo entre o ontem e o hoje como recurso literário: ora narra para Federico Sánchez, seu ‘eu’ clandestino do passado, ora fala diretamente consigo mesmo (e com o leitor) no presente da escrita³⁵. Seu texto pretende ser, em primeiro lugar, a autocrítica de Semprún sobre sua atuação política passada: “falarei de mim mesmo com

³⁰ LAHIRE, Bernard. **Homem Plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 20.

³¹ *Ibidem*, p. 22-3.

³² KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, p. 74-5.

³³ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: escrituras híbridas das catástrofes. **Gragotá**, Niterói, n. 24, 2008, p. 102.

³⁴ SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 104.

³⁵ Cf. KATONA, Eszter. ¿Autobiografía de quién? Búsqueda de la identidad entre Federico Sánchez y Jorge Semprún. **Colidancias**, Timișoara, n. 3, p. 107-116, 2012.

serenidade. Não é necessário que Tano faça minha autocrítica. Eu mesmo a farei”³⁶. Em segundo, define seu texto como um “ensaio de reflexão autobiográfica”³⁷. Além disso, ao caracterizar a publicação como uma “memorização aberta sobre o futuro do tempo passado”³⁸, expressa seu objetivo de enunciar uma verdade acerca do passado que intervenha sobre o presente e modifique o futuro. Essas definições descortinam, além disso, a hibridez narrativa que se destaca na obra: além das narrativas do passado e do presente, Semprún apresenta trechos de poemas, atas, artigos e discursos, além de obras literárias suas não publicadas.

Podemos considerar o livro, também, da perspectiva das autobiografias. Na definição clássica de Phillipe Lejeune³⁹, elas são o “relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, enfatizando sua vida individual e, em particular, a história de sua personalidade”. Para o autor, quatro categorias configuram as autobiografias. Primeiro, a forma da linguagem em narrativa ou prosa; depois, o enfoque temático em uma vida individual e na história de uma personalidade; em terceiro, a identidade entre autor e narrador; por fim, a posição do narrador, que pode ser de identidade em relação ao personagem principal ou se encontrar em uma perspectiva retrospectiva na narrativa⁴⁰. Desses últimos aspectos, a identidade entre autor-narrador-personagem, advém o chamado “*pacto autobiográfico*”, que pressupõe um compromisso em relação ao que é dito⁴¹.

As biografias e autobiografias são, para Lejeune, textos referenciais, no sentido de que pretendem contribuir com informações sobre uma realidade que vai além do texto e, assim, se submetem a um processo de verificação. Buscam aquilo que é semelhante ao real, que é uma imagem do real. Para tanto, definem o ‘real’ de que falam e os níveis de exatidão a que o texto aspira, ao que o autor chama de “*pacto referencial*”. Tal pacto pode se manter, segundo os critérios do leitor, mesmo que o texto não seja *exato* em suas afirmações⁴².

Fernando Durán Lopez critica a definição de Lejeune, considerando-a limitadora, e enfatiza a relação intrínseca entre o texto autobiográfico e o contexto no qual foi produzido: “para ler e interpretar um texto autobiográfico de forma adequada a primeira necessidade é determinar a que época pertence”, já que o texto é influenciado por seu *zeitgeist* ao mesmo

³⁶ SEMPRÚN, op. cit, p. 27.

³⁷ Ibidem, p. 18.

³⁸ Ibidem, p. 15.

³⁹ Diversas citações de textos acadêmicos foram traduzidas do inglês e do espanhol, como esta, para facilitar a leitura do trabalho. Preservou-se o idioma original para citações de fontes.

⁴⁰ LEJEUNE, Philippe. El pacto autobiográfico. **Suplementos Anthropos**, Barcelona, n. 29, dez. 1991, p. 48, tradução nossa.

⁴¹ Ibidem, p. 52-3, grifo no original.

⁴² Ibidem, p. 57, grifo no original.

tempo em que exprime determinada interpretação do presente⁴³. Outra chave de leitura indispensável, na opinião do autor, é classificar a modalidade ou subgênero a que pertence a autobiografia. Para isso, é necessário identificar a intenção e motivação do autor, o tempo passado desde os eventos narrados, o arco cronológico do texto, as técnicas narrativas e assim por diante⁴⁴.

Sobre o uso das autobiografias enquanto fonte para a historiografia, Durán Lopez rechaça o que define como “leitura documental”, ou seja, aquela que foca-se no conteúdo e na suposta veracidade do texto⁴⁵. Para ele, tal aproximação da fonte a fragmentaria e ignoraria o real valor que carrega, a saber, “a maneira com que o autor formaliza a totalidade da interpretação de sua vida e do mundo que conheceu ao seu redor”, cuja interpretação pressuporia abrir mão das noções de ‘verdade’ ou ‘veracidade’ do texto⁴⁶. Seligmann-Silva ressalta, por sua vez, que a imaginação e a literatura podem, também, ser vistas “como *tendo um compromisso com o real*”⁴⁷.

Autobiografía possui esse compromisso, na medida em que “teve a intenção e a virtude de sanar de uma vez por todas, definitivamente, [a passagem de Semprún] pelo Partido Comunista da Espanha”⁴⁸. A leitura do texto não deixa dúvidas, no entanto, que o recurso da imaginação é empregado frequentemente, expresso na narrativa não-linear, que muda constantemente de foco, e no diálogo de Semprún com Sánchez que caracteriza a fonte. Ainda assim, é importante ressaltar que Semprún valorizava a ‘verdade’, em seus próprios termos, e acreditava ser necessário restabelece-la. Essa observação nos remete a noção testemunho enquanto uma promessa ou compromisso em relação ao passado, nas considerações de Ricœur, assim como o estabelecimento de um pacto de referência com a realidade, nos argumentos de Lejeune.

Pode-se questionar, no entanto, o que torna essa obra, na medida em que parte de um indivíduo, um objeto de pesquisa relevante. Lahire argumenta que ao voltarmos a atenção para os indivíduos podemos pensar – a partir do que ele chama de “sociologia à escala individual” – os “fatos sociais no seio de uma sociedade” onde os atores são sacralizados e responsabilizados “por seus próprios insucessos”. Assim, além de compreendermos as “realidades exteriores” dos

⁴³ DURÁN LÓPEZ, Fernando. La autobiografía como fuente histórica: problemas teóricos y metodológicos. *Memoria y Civilización*, Pamplona, n. 5, 2002, p. 174, tradução nossa.

⁴⁴ Ibidem, p. 175.

⁴⁵ Ibidem, p. 165.

⁴⁶ Ibidem, p. 178, tradução nossa.

⁴⁷ SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 107, grifo no original.

⁴⁸ FERNÁNDEZ, Carlos. Memoria e historia en la obra de Jorge Semprún. *Minus*, Ourense, n. 13, 2005, p. 262, tradução nossa.

coletivos e instituições, podemos analisar as “competências e disposições a pensar, sentir e agir”, em suma, a subjetividade dessas pessoas⁴⁹.

Para o autor, no entanto, as representações totalizadoras e unificadoras de si, entre as quais se incluem as autobiografias, são uma “ilusão” de difícil manutenção dentro de sociedades altamente diferenciadas já que, ao mesmo tempo que a unidade do corpo dá alguma sustentação a essas abstrações, “socialmente [...] o mesmo corpo passa por estados diferentes”, ou seja, tem “esquemas de ação ou hábitos heterogêneos e até contraditórios”⁵⁰. Aqui reside o ponto nodal de sua argumentação, em diálogo com a teoria dos campos de Bourdieu: em sociedades altamente especializadas, com diferenças e hierarquias específicas, os atores estão sujeitos a diferentes experiências socializadoras e, portanto, são plurais, ou seja, não só “mais diferenciados entre si” como também internamente⁵¹.

Encontra sustentação para isso, por exemplo, nas teses de Halbwachs, para quem os indivíduos estão mergulhados em vários grupos, os já mencionados “quadros sociais da memória”, que “não são homogêneos nem imutáveis”. A continuidade entre tais grupos se dá através do próprio indivíduo, que carrega em si tais experiências⁵². Empiricamente, basta observar o processo de socialização nas sociedades ocidentais para encontrar diversos grupos que concorrem pela formação dos esquemas de experiência dos sujeitos: a família, a escola, clubes esportivos, associações políticas e profissionais, para citar alguns exemplos. Vale ressaltar que mesmo esses grupos apresentam ‘contradições’ internas.

De que modo podemos pensar, então, aqueles que atuam nos partidos comunistas, em particular os intelectuais? Encontramos algumas pistas nos estudos sobre a cultura política comunista. Como aponta Rodrigo Motta⁵³, o conceito de cultura política surgiu entre os cientistas sociais estadunidenses a partir da década de 1950 e era definido a partir de uma perspectiva desenvolvimentista, que partia da cultura política paroquial, passava pela cultura política de sujeição e desembocava na cultura política participativa, esta representada pelas democracias ocidentais bem desenvolvidas.

Nessa acepção, o conceito sofreu duras críticas, mas foi reformulado sob influência da história cultural e da nova história política, principalmente na historiografia francesa, a partir da década de 1990. Desde o início, considerava-se que “a cultura – em sentido antropológico –

⁴⁹ LAHIRE, Bernard. O singular plural. *SocioFilo*, Rio de Janeiro, 16 nov. 2016.

⁵⁰ LAHIRE, 2002, p. 23.

⁵¹ *Ibidem*, p. 27.

⁵² *Ibidem*, p. 31-2.

⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 15ss.

influencia as decisões e ações políticas”, ou seja, não é somente o cálculo racional que rege o campo do político. Assim sendo, Motta admite a polissemia do conceito, mas o define como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas [que é] partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Aqui, as representações incluem a “ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, implicando a mobilização de mitos, símbolos discursivos, vocabulários e [...] cultura visual”⁵⁴.

Quando aplicada ao estudo do comunismo, enquanto movimento iniciado com a Revolução Russa de 1917, essa categoria possui algumas características que explicariam a “longevidade do comunismo, e também porque a influência da cultura comunista transcendeu os limites das organizações partidárias”⁵⁵. A primeira característica corresponde às “concepções filosóficas dos comunistas [...], principalmente a crença na razão, na ciência e no progresso”, tidos como base do socialismo⁵⁶. Um dos paradoxos da cultura política comunista, nesse sentido, foi o estabelecimento do culto de personalidade⁵⁷, que configurou o que já foi chamado de uma “religião política” comunista⁵⁸.

Outro elemento dessa cultura política é o internacionalismo, que pregava a união dos proletários independentemente de seus países de origem⁵⁹. A defesa da URSS, as necessidades dos embates políticos nacionais e o anti-imperialismo, no entanto, entravam em contraste com tal postulado. Eram nas afirmações nacionalistas que os comunistas de países periféricos encontravam embasamento para a crítica ao imperialismo, quase sempre direcionada aos Estados Unidos. Nesse sentido, “as demandas nacionalistas [...] serviam de ponto de apoio para fortalecer a causa revolucionária e lutar contra o inimigo principal, o imperialismo, e não eram consideradas contraditórias em relação aos princípios internacionalistas”⁶⁰.

A noção de que a revolução significaria a construção de um ‘novo homem’ livre dos valores da sociedade burguesa, para além das mudanças econômicas e sociais, é outro aspecto da cultura política comunista. Significava, em parte, o surgimento de uma nova moral, em que as relações entre os sexos, o papel das mulheres na sociedade e a sexualidade, por exemplo, seriam repensadas. Tais aspectos da luta comunista foram recalcados ao longo dos anos, na

⁵⁴ MOTTA, op. cit., p. 17-8.

⁵⁵ Ibidem, p. 18.

⁵⁶ Ibidem, p. 21.

⁵⁷ Ibidem, p. 23.

⁵⁸ Cf. YUSTA, Mercedes. La cultura política comunista española durante la Guerra Civil y el Primer Franquismo: ¿una "religión laica"? In: GENEVOIS, Danièle Bussy (org.). **La laicización a debate (siglos XIX-XX)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2011, p. 353.

⁵⁹ MOTTA, op. cit., p. 22.

⁶⁰ Ibidem, p. 24-5.

medida em que alimentavam os discursos anticomunistas – sempre conservadores – e em que eram considerados uma distração para os e as militantes. Este último ponto relacionava-se à moral comunista, que exigia dedicação absoluta⁶¹. Algumas pautas negadas, nesse sentido, advinham da luta pela libertação das mulheres; um exemplo foi a legalização do aborto na URSS nos primeiros anos após a revolução, que voltou a ser criminalizado nos anos 1930 com o aprofundamento dos aspectos conservadores da ditadura stalinista.

Motta aponta, além disso, a existência de um “vocabulário próprio, fator de identificação e coesão do grupo”, além de símbolos, mitos e datas comemorativas. Existiam as representações desse rol e aquelas feitas dos “inimigos” do comunismo, propagadas em veículos de comunicação e em lugares de sociabilidade como os pontos de encontro de comunistas e no ambiente familiar⁶².

Por fim, destaca-se o papel dos intelectuais e artistas comunistas, que trabalhavam na produção e disseminação de “imagens, discursos e ideias”, sendo associados, pelo menos nos meios comunistas brasileiros analisados pelo autor, a prestígio e legitimidade⁶³. Aqui, podemos incluir as noções de “mediação cultural” – que abrange as “intenções e projetos políticos de intelectuais que objetivam o espraiamento das ideias e valores que defendem” – e de “intelectuais mediadores”, que realizam esse trabalho de “transmissão cultural”⁶⁴. Intelectuais, nesse sentido, são aqueles envolvidos na “produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social”⁶⁵.

As relações estabelecidas por partidos comunistas com os intelectuais “foram marcadas por ambiguidades e tensões”, na medida em que as organizações buscavam controlar e enquadrar as ideias destes últimos⁶⁶. Marco Roxo e Mônica Mourão fazem um apanhado sobre essa discussão, a começar pelos sentidos que Antonio Gramsci, uma referência para os intelectuais dos partidos comunistas, emprestava ao partido e ao “intelectual”. Para o autor marxista, o partido é um organismo no qual se concretiza uma vontade coletiva e ele deve propagandear e organizar reformas intelectuais e morais⁶⁷.

⁶¹ MOTTA, op. cit., p. 25-6.

⁶² Ibidem, p. 27-8.

⁶³ Ibidem, p. 29.

⁶⁴ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: _____. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 26.

⁶⁵ Ibidem, p. 10.

⁶⁶ MOTTA, op. cit., p. 29.

⁶⁷ ROXO, Marco; MOURÃO, Mônica. Jornalismo, memória e clientelismo: o pacto entre comunistas e imprensa conservadora no Brasil. In: NAPOLITANO; CZAJKA; MOTTA. Op. cit., p. 255.

Os intelectuais, na sociedade burguesa, atuariam na “construção do consenso na sociedade civil” e seriam divididos em dois tipos: os tradicionais, representantes de uma continuidade e um conservadorismo, e os orgânicos, oriundos de cada agrupamento social para conferir-lhe homogeneidade. Roxo e Mourão interpretam, a partir dos escritos gramscianos, que tal função não é exercida apenas pelos grupos dominantes e ressaltam “a comunicação como uma atividade intelectual fundamental para a tentativa de conquista do consenso”⁶⁸.

Outra visão vem de Jean-Paul Sartre, para quem um “técnico do saber prático” torna-se intelectual ao defender as classes desfavorecidas, tomando consciência das contradições de sua contemporaneidade, com o que concorda Norberto Bobbio. Para este, os intelectuais devem “engajar-se nas lutas de seu tempo”, mantendo também o olhar crítico às “palavras de ordem”⁶⁹. Michael Löwy vê na teoria marxista a gênese do interesse dos intelectuais pela classe trabalhadora, na medida em que explica “a degradação dos valores, as injustiças, a guerra e, em última instância, o capitalismo”⁷⁰. Roxo e Mourão, por sua vez, defendem que nos partidos comunistas “são intelectuais os filiados que são responsáveis [...] pelos princípios-guia da organização”⁷¹. Ao longo de sua trajetória no PCE, como veremos, Semprún foi um dos ideólogos do partido, responsável por publicações partidárias e autor de diversos artigos publicados em veículos da organização.

Feitas essas considerações, o primeiro capítulo dedica-se ao momento de rememoração e narração da obra, a redemocratização espanhola, e ao tempo rememorado, aquele do ‘degelo’ ou ‘destalinização’ da URSS e dos partidos comunistas. A partir de então, enfocamos o caso do PCE nesse processo para, no segundo capítulo, buscarmos vislumbrar o papel do autor no círculo de intelectuais do partido. Interessa-nos, neste ponto, explorar a relação que este grupo estabelecia com a organização e as divergências de Semprún com o PCE.

Nesse sentido, o terceiro capítulo pretende voltar um olhar mais atento para a *Autobiografía de Federico Sánchez* em si, questionando: o que Semprún pretende com essa obra? Do que a obra dá testemunho? Caminhamos, assim, para uma tentativa de delinear o livro como um acerto de contas dele com sua memória e desta com o partido. Para tal, consideramos a fonte como um procedimento de reconstrução de si pela via da narrativa, com o objetivo de eliminar as contradições da memória de Semprún, dotando a si mesmo de coerência, ao mesmo tempo em que acusa as incoerências da memória da organização.

⁶⁸ ROXO; MOURÃO, op. cit., p. 255.

⁶⁹ Ibidem, p. 255-6.

⁷⁰ Ibidem, p. 256.

⁷¹ Ibidem, p. 257.

1 OS ‘DEGELOS’ E OS PARTIDOS COMUNISTAS

As autobiografias, recuperando Lahire, são “relatos de si” que tentam conferir unidade à “diversidade das práticas e dos acontecimentos individuais”. Nesse sentido, elas possibilitam que os atores elaborem “sínteses parciais”, coloquem “ordem e coerência onde necessariamente não havia”⁷². Essa e outras práticas de escrita que advêm da memória se configuram como formas de reflexividade sobre as ações do sujeito, que são desencadeadas por momentos de crise ou “desajustamento” como, por exemplo, “as rupturas biográficas ou transformações importantes nas trajetórias individuais”⁷³.

A escrita autobiográfica não era algo novo para Semprún quando iniciou *Autobiografía de Federico Sánchez*. Praticamente todas as suas obras até então possuíam elementos de sua história pessoal na narrativa, mas dedicavam-se majoritariamente ao seu tempo em Buchenwald. A *Autobiografía* diferencia-se tematicamente ao falar de sua expulsão do partido comunista depois de quase duas décadas de atuação. Ele não escreve sobre isso reflexivamente até 1976, porém, doze anos após seu expurgo.

Veremos adiante alguns elementos que podem explicar esse período de silêncio, em que se destacava a ilegalidade do PCE e a perseguição da ditadura espanhola. Com a liberação da palavra surge o livro de Semprún. Seus testemunhos anteriores, de vítima do nazismo, cedem lugar à narrativa sobre o ‘intelectual stalinizado’ que o torna algoz involuntário, herdeiro de uma cultura política e intelectual associada, retrospectivamente, à crimes contra a humanidade e ao autoritarismo.

Se pensarmos no passado rememorado pelo autor, a denúncia de Stalin foi um desajustamento fundamental. A crítica ao stalinismo – da União Soviética, do PCE e de si mesmo – é uma das principais frentes da batalha de Semprún pela memória do período. A narrativa do intelectual busca convencer que quando foi revelado o *Discurso Secreto*, ele teria aceitado as explicações dadas no XX Congresso do PCUS sem deixar de apontar que lhes pareciam, ainda, lacunares⁷⁴. Em *Um belo domingo*, publicado originalmente em 1980, o escritor recorda:

Há dois dias *Le Monde* terminara a publicação do romance-de-folhetim sobre a verdade do stalinismo: o relatório secreto de Khruchchev [sic]. Nem um por um segundo eu duvidara de sua veracidade [...]. Os crimes de Stalin davam à história da Rússia, à história do movimento comunista, uma possibilidade de

⁷² LAHIRE, op. cit., p. 23.

⁷³ Ibidem, p. 48, 50.

⁷⁴ SEMPRÚN, Jorge. *Um belo domingo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 76.

racionalização coerente. Pois, afinal, o que era insuportável para a razão não era o fato de Stalin ter sido um tirano [...]; o que era insuportável, era ter vivido à luz glacial dessa crença esquizofrênica⁷⁵.

A decepção com o grande mestre Stalin e a grande pátria socialista expressa um dos grandes desajustamentos das subjetividades comunistas do século XX. Outras revelações sobre a realidade soviética, como a existência e o funcionamento dos campos de trabalho forçado, se somariam ao choque inicial da denúncia dos crimes contra os ‘camaradas’ do partido, do governo e do exército soviéticos, ao que se limitava o discurso de Khrushchev.

Com foco no tempo da lembrança e da narrativa, no entanto, consideramos que o principal desajustamento foi o fim da ditadura de Franco com sua morte em 1975. A transição democrática que seguiu, aponta Aleida Assmann⁷⁶, foi baseada em um pacto de silêncio, de esquecimento, que garantiu anistia a todos os crimes políticos cometidos até 1977 – tanto pelas forças fascistas, quanto pelas de oposição. Esse nivelamento por baixo impediu a restauração de um verdadeiro equilíbrio na sociedade espanhola. “Ao invés disso, ele na verdade estabilizou o poder dos Franquistas e estendeu esse poder à era democrática, através de instituições como a administração pública, as forças armadas e o judiciário”⁷⁷.

Isso também teve efeito na história que se contou sobre a ditadura, já que a versão solidificada por décadas de propaganda e distorção da memória empreendidas por Franco continuou hegemônica mesmo na democracia. Nesse sentido, “o pacto de silêncio não só protegeu os criminosos franquistas, como também prolongou o estereótipo de inimigo dos democratas e comunistas assassinados”⁷⁸. Esse pacto permitiu, em seu contexto, a transição democrática, mas não resolveu o trauma da violência da Guerra Civil e da ditadura. A partir da década de 1990, grupos independentes mobilizaram o processo de lembrança das vítimas do fascismo espanhol, que culminou na aprovação, em 2007, da *Ley de Memoria Histórica*, que “oficialmente condenou a ditadura fascista pela primeira vez, garantindo o reconhecimento e restituição das vítimas”⁷⁹.

Semprún, em *Autobiografía de Federico Sánchez*, contrariou esse pacto de silêncio sobre a ditadura ao ser lançado em 1977. Não só trouxe à tona a memória da oposição antifranquista, como disputou a versão dessa memória que ficaria para a posteridade. Ele não foi o único, mas,

⁷⁵ SEMPRÚN, op. cit., p. 317.

⁷⁶ ASSMANN, Aleida. To Remember or to Forget: Which Way Out of a Shared History of Violence? In: ASSMANN, Aleida; SHORTT, Linda (org.). **Memory and political change**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, p. 63ss.

⁷⁷ Ibidem, p. 64, tradução nossa.

⁷⁸ Ibidem, p. 65, tradução nossa.

⁷⁹ Ibidem, p. 65-6, tradução nossa.

ao vencer Prêmio Planeta de 1977, a voz de Semprún repercutiu no cenário político e cultural espanhol. A primeira edição vendeu quinhentas mil cópias, levando o livro a frequentes reimpressões – o mais importante aqui é notar como a arena pública do país estava, naquele momento, curiosa e disposta a discutir sobre a oposição antifranquista.

Em *Federico Sánchez se despide de ustedes*, lançado em 1993, Semprún elabora suas intenções naquele momento: “Aquel personaje [Federico Sánchez] había muerto para mí. Sólo lo había resucitado provisionalmente por un deseo de exactitud histórica”. Tal desejo, segundo Semprún, pretendia desafiar o “monopolio de legitimidad antifranquista que el partido comunista de Carrillo pretendía atribuirse”⁸⁰. Como aponta Íñigo Amo González, em última instância Semprún pretendia afetar e mudar a realidade histórica sobre o período que narra, o que o autor qualifica como um “ato performativo”⁸¹. Além disso, notamos aqui a já mencionada separação imposta pelo autor entre *Semprún* e *Sánchez*⁸².

O de Semprún foi de um de vários livros autobiográficos de comunistas espanhóis que surgiram nesse momento, vindos de María Teresa León, Rafael Alberti e Dolores Ibárruri, para citar alguns exemplos. Partem de um contexto específico, uma redemocratização após décadas de ditadura e exílio, e só podem ser compreendidos nele⁸³. Nesse cenário se definia quem seriam os atores principais da história da luta antifranquista. A interpretação dessa história foi disputada nos debates cívicos, buscando no passado as narrativas dominantes e seus porta-vozes legítimos. Para compreender a maneira como Semprún alicia sua memória no tempo de rememoração e enunciação, no entanto, precisamos voltar ao tempo passado rememorado, o contexto da desestalinização da URSS, que influenciou reconfigurações do PCE entre o início da década de 1950 e meados de 1960, no que se deterão as próximas seções do capítulo.

1.1 O governo e o culto de Stalin

O termo ‘stalinismo’ refere-se tanto ao período em que Stalin efetivamente governou a União Soviética, entre 1922 e sua morte em 1953, quanto ao sistema político e de governo aplicado por ele e o Partido⁸⁴. Seu nome traz à tona uma miríade de reações: de um lado

⁸⁰ SEMPRÚN, 1994 apud AMO GONZÁLEZ, Íñigo. *El ciclo de Federico Sánchez de Jorge Semprún: Entre la autoficción y la memoria política*. 2010. 107 f. Tese (Doutorado em Filologia, Estudos Linguísticos e Literários) – Departamento de Literatura Española y Teoría de la Literatura, Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2010, p. 65.

⁸¹ AMO GONZÁLEZ, op. cit., p. 65.

⁸² Lahire, ao falar em “atores sociais”, reforça certo vocabulário: ação, ato, atividade, ativar... Aliando isso a asserção de um ‘ato performativo’ na *Autobiografía*, poderíamos supor o testemunho enquanto um ato performativo para Semprún, para o qual mobiliza determinados esquemas de ação. Cf. LAHIRE, op. cit., p. 10.

⁸³ Cf. HERRMANN, Gina. *Written in Red: The Communist Memoir in Spain*. Urbana: University of Illinois Press, 2009.

⁸⁴ GROPPPO, op. cit., f. 1.

encontramos os apologistas que buscam a todo custo justificar seu governo e, por outro, aqueles que não cessam em condenar seu legado e sua figura. Entre um polo e outro dessa aparente dicotomia existe um espectro variado de conceitos, preconceitos, ideias e ideais subscritos ou não a Stalin⁸⁵.

Sua atuação, por um lado, é reconhecida pelos sucessos econômicos e militares obtidos pela URSS sob seu governo, mas também carrega consigo o peso dos crimes contra a humanidade perpetrados a seu mando – denunciados, em parte, no *Discurso Secreto* de Khrushchev. Ao estudar a memória do stalinismo na Rússia pós-soviética, Bruno Groppo fala em uma ambivalência, um trauma que é recalcado em favor da rememoração dos feitos daquela era, a saber, a vitória contra a Alemanha nazista na “Grande Guerra Patriótica”, o acelerado desenvolvimento econômico do país e o *status* de superpotência atingido por ele após 1945⁸⁶. Ressalta, ainda, a existência de múltiplas memórias sobre o período: a russa, as das repúblicas soviéticas e países satélites, além do movimento comunista internacional⁸⁷.

Mas como se caracterizava esse sistema? Graeme Gill sugere a existência de quatro “faces” relacionadas: a econômica, a social, a cultural e a política. O historiador salienta que estas faces não emergiram ao mesmo tempo e imediatamente após a ascensão de Stalin, mas sim ao longo das décadas de 1920 e 30, através de duas ferramentas: a chamada “revolução de cima” e o terror de Estado⁸⁸.

Um primeiro aspecto da “revolução de cima” foi a coletivização da produção e das terras agrícolas. No final de 1927 o país enfrentava uma crise agrícola já que, com medo de uma nova guerra, o campesinato passou a restringir a circulação e acumular grãos, com a expectativa de conseguirem valores maiores na venda para o governo. Como recupera Alan Wood, ao tomar ciência da situação Stalin bloqueou estradas, convocou o exército e coagiu os camponeses até entregarem suas produções. Com o ‘sucesso’ da operação, Stalin ordenou que o método fosse expandido, com o objetivo expresso de acabar com o poder econômico dos camponeses ricos, ou *kulaks*. Esse termo foi aplicado livremente por oficiais do governo para justificar condenações arbitrárias⁸⁹.

⁸⁵ A historiografia consultada sobre o período não é menos complexa. A maioria dos autores, citados aqui ou não, demonstram abertamente sua repulsão por Stalin. Não há como crer em uma ilusão de imparcialidade da História. Vale notar, no entanto, que alguns desses autores (WOOD, 2005; GROPPPO, 2017) não são anticomunistas, mas opõem-se veementemente a Stalin.

⁸⁶ GROPPPO, op. cit, f. 7.

⁸⁷ Ibidem, f. 1.

⁸⁸ GILL, Graeme. **Stalinism**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1998, p. 52.

⁸⁹ WOOD, Alan. **Stalin and Stalinism**. Abingdon/Nova Iorque: Routledge, 2005, p. 31-2.

As terras, produção agrícola e pecuária e os camponeses pobres foram concentrados em fazendas coletivas. Os *kulaks* foram enviados para os campos de trabalho forçado, os chamados *Gulags*, ou então para a indústria que naquele tempo sofria um grande impulso. Os camponeses resistiam queimando as plantações, deixando de colher e matando seus rebanhos, o que levou Stalin a paralisar a campanha temporariamente. Retomou-a em seguida e com tal ímpeto que, em 1932, 60% de todas as famílias camponesas haviam sido incorporadas às fazendas coletivas⁹⁰. Segundo Wood

O impulso de coletivização foi, com efeito, uma guerra civil desencadeada pelo partido contra a população camponesa, em que milhões pereceram como resultado de massacres, deportações forçadas e carestias intencionais que dizimaram províncias inteiras. Quando as cotas de recolhimento não eram atingidas, Stalin questionava a lealdade e a eficiência dos oficiais locais do partido, que reagiam com selvageria renovada para extrair excedentes inexistentes de famílias camponesas inanes⁹¹.

Além de efetivar o controle do Estado sobre a produção agrícola, a coletivização de terras forneceu mão-de-obra para o primeiro plano quinquenal de Stalin, o esforço de industrialização da URSS que foi o segundo elemento da ‘revolução de cima’. Iniciado em 1929, o plano tinha como principal foco a indústria pesada e ramos da economia que eram ou podiam ser voltados para objetivos militares. Wood aponta que toda a sociedade soviética foi mobilizada para atingir os fins determinados pelo Estado e os efeitos foram inegáveis: a economia soviética havia atingindo uma grande modernização, mas não sem custos humanos⁹².

A outra ferramenta que assegurou o poder de Stalin foi o terror de Estado, iniciado em 1934 após o assassinato de Sergei Kirov, líder do partido em Leningrado, que Stalin utilizou como justificativa para uma política “antiterrorista” de expurgos. Publicamente, tais medidas manifestaram-se nos julgamentos fraudados em que antigos líderes revolucionários como Grigori Zinoviev, Lev Kamenev, Nikolai Bukharin e Aleksei Rykov supostamente confessavam participação em conspirações trotskistas para matar Stalin e em negociações com agências de inteligência internacionais. Wood aponta que essas confissões eram obtidas através de tortura física e psicológica, ameaças a familiares e, também, graças à devoção dos acusados ao partido⁹³.

Enquanto isso, os agentes do ministério do interior (NKVD) caçavam os associados aos principais acusados, que eram enquadrados em categorias como “culpado por associação,

⁹⁰ WOOD, op. cit., p. 33.

⁹¹ Ibidem, p. 33., tradução nossa.

⁹² Ibidem, p. 34-6.

⁹³ Ibidem, p. 38-9.

culpado por categoria, culpado por ocupação, culpado por admissão e culpado por silêncio”⁹⁴. Logo os expurgos expandiram-se para além do partido, atingindo oficiais do governo, intelectuais, artistas, militares, minorias nacionais e lideranças das repúblicas incorporadas, até o assassinato de León Trotsky em 1940, tomado como marco final desse ‘grande terror’, como período ficou conhecido⁹⁵.

Podemos nos voltar, aqui, para as “faces” do stalinismo nas considerações de Gill. A economia soviética sob Stalin, a partir do início da década de 1930, caracterizava-se por funcionar a partir de princípios definidos pela direção central e, nesse sentido, era um instrumento para atingir objetivos políticos. Isso materializava-se na prioridade dada ao desenvolvimento da indústria pesada que, por um lado, facilitou a adaptação à economia de guerra a partir de 1941; por outro, significou que bens de consumo eram escassos. A mobilização em massa dos trabalhadores era outra das bases da economia centralizada, com objetivos de desenvolvimento cada vez maiores⁹⁶. Os estímulos para tal mobilização eram mais simbólicos que materiais, como a propaganda estatal e a criação de mitos. O mais emblemático destes foi o mineiro Aleksei Stakhanov, que se tornou herói nacional ao superar em muito suas cotas individuais⁹⁷.

No âmbito social, Gill aponta altos níveis de mobilidade, graças às oportunidades abertas pela “revolução de cima”, que aumentou o número de postos de trabalho nas indústrias, por exemplo, e pelos expurgos realizados por Stalin, que abriam vagas na burocracia do governo, do partido e do exército. A revolução de 1917 destruiu a estrutura de classes baseada em herança da era czarista. A nova organização que surgiu a partir de então não era igualitária, já que certos privilégios se configuravam, mas representou uma mudança significativa na sociedade: houve uma urbanização crescente, e muitos dos antigos camponeses passaram a ocupar cargos dentro da máquina do Estado até então inacessíveis a eles⁹⁸.

Na esfera cultural e intelectual, o stalinismo apresenta dois momentos marcadamente diferentes. Inicialmente, foi acompanhado por uma revolução cultural que destacava a equidade, o “pequeno homem” e os valores proletários. A partir de 1931, com a introdução do realismo socialista de Andrei Jdanov (1896-1948), foi crescente a ênfase na cultura como ferramenta da construção do socialismo e na valorização das hierarquias e patentes. Um dos principais aspectos dessa virada conservadora no campo cultural foi a emergência do

⁹⁴ Cf. WOOD, op. cit., p. 40.

⁹⁵ Ibidem, p. 40-3.

⁹⁶ GILL, op. cit., p. 52-3.

⁹⁷ WOOD, op. cit., p. 35.

⁹⁸ GILL, op. cit., p. 53.

nacionalismo russo como legitimador do regime, que negava o valor das diversas tradições que compunham a URSS em favor da russa. Esse nacionalismo dava base para o argumento de que a revolução internacional dependia do fortalecimento soviético, ideia que justificava o controle exercido pelo PCUS sob os partidos comunistas estrangeiros⁹⁹.

O nacionalismo também ajudou a formar as memórias sobre esse período, já que, como aponta Groppo, a memória definida como russa tornou-se a “memória dominante dentro do conjunto de memórias, diversas e contrastantes, presentes na Rússia” sobre o governo de Stalin. A multiplicidade étnica do país, por sua vez, é responsável pela existência de memórias distintas daquelas “eticamente russas”, já que muitas dessas minorias “foram vítimas, na época de Stalin, de uma repressão específica baseada na etnia”¹⁰⁰.

A fundação sobre a qual se erguiam essas faces era o sistema político, uma ditadura personalista e centralizada, na qual as decisões de Stalin eram soberanas. Gill destaca que isso não significava que ele decidia sobre tudo, mas que tudo sobre o que ele decidia era levado a cabo conforme suas disposições¹⁰¹. Dois elementos definem a obtenção de tal controle: o primeiro deles é o terror de Estado materializado nos expurgos, torturas e assassinatos, que se configuraram como uma ameaça constante; o segundo é o próprio Stalin: ele modelava a elite política e seu funcionamento como queria, já que havia eliminado todas as oposições possíveis. Essa centralização de autoridade baseada no medo foi acompanhada por uma crescente fragilidade das instituições políticas, que não conseguiam efetivamente controlar os órgãos hierarquicamente inferiores. Nesse sentido, concordamos com Gill, o culto à personalidade do líder teve papel crucial para a coesão do sistema como um todo¹⁰².

As ciências sociais, segundo David Brandenberger, apontam no mesmo sentido. O culto à personalidade de um líder carismático garantia o reconhecimento da autoridade do Estado central mesmo diante da fragmentação da população¹⁰³. Nesse sentido, o culto foi pensado como uma maneira de mobilização política a partir da imagem de um herói que incorporava “o poder, a legitimidade e a atração do ‘experimento’ soviético”¹⁰⁴.

O culto não ficou restrito à União Soviética. Fora dela, se manifestava principalmente nos partidos comunistas, que além disso foram influenciados diretamente por Stalin através da

⁹⁹ GILL, op. cit., p. 54.

¹⁰⁰ GROPPPO, op. cit., f. 1-2, tradução nossa.

¹⁰¹ GILL, op. cit., p. 55.

¹⁰² Ibidem, p. 55-6.

¹⁰³ BRANDENBERGER, David. Stalin as symbol: a case study of the personality cult and its construction. In: DAVIS, Sarah; HARRIS, James (org.). **Stalin: A New History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 249.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 250, tradução nossa.

Internacional Comunista – ou Comintern (1919-1943) – e do Cominform (1947-1956). Nesses órgãos, as diretrizes do PCUS se tornaram centrais e os partidos associados eram instrumentos da política externa soviética. O segundo, no entanto, teve menos abrangência e influência que o primeiro¹⁰⁵.

A morte de Stalin representou o fim de seu governo, mas, como veremos, não de seus métodos. Sua morte gerou reações imediatas no movimento comunista internacional e, dentro da União Soviética, Khrushchev saiu vitorioso na disputa pelo cargo de secretário-geral do PCUS¹⁰⁶. Mais tarde, em 1958, assumiu também o cargo de primeiro ministro. Nesse ínterim, porém, já havia iniciado um processo de destalinização da URSS, conhecido como ‘degelo’. Groppo aponta que os principais efeitos da nova política foram “o desmonte do sistema concentracionário, a liberação de grande parte dos detidos nos campos soviéticos, a reabilitação de um certo número de pessoas condenadas injustamente [...], o fim da prática do terror, um relaxamento da censura e também uma certa liberação da palavra”¹⁰⁷.

Em 1956, veio a denúncia de Khrushchev dos crimes de Stalin. Como já foi mencionado, a acusação foi limitada e incluía somente as ações das quais os comunistas haviam sido vítimas. Além disso, a denúncia do culto enquanto algo espúrio em relação ao sistema soviético não explicava “como [os crimes] haviam sido possíveis e quem, além de Stalin, foram os responsáveis”¹⁰⁸.

Apesar de alguns elementos do stalinismo terem sido rejeitados, a política da URSS que se seguiu impôs os limites do processo de desestalinização. Como aponta Beatriz Anson, o choque causado pelo *Discurso Secreto* exaltaria os sentimentos antissoviéticos nos estados satélites da união, o que levou a protestos e revoltas na Polônia e na Hungria. A reação soviética a essas demonstrações, principalmente a incursão armada a Budapeste no final de 1956, revelou que o governo do ‘degelo’ não pretendia abandonar por completo as práticas do período anterior¹⁰⁹.

Um outro exemplo dessa imposição de limites foram as duras críticas sofridas pelo intelectual comunista italiano Palmiro Togliatti quando, em junho daquele ano, defendeu que os problemas advindos do stalinismo não eram somente responsabilidade de Stalin, mas “que

¹⁰⁵ GROPPPO, Bruno. O comunismo na história do século XX. **Lua Nova**, São Paulo, n. 75, 2008, passim.

¹⁰⁶ Em outra oportunidade, exploramos algumas reações à morte de Stalin na mídia catarinense. MARUJO, José Carlos. O “ditador desaparecido”: a morte de Josef Stalin nas páginas do jornal *A Notícia* (Joinville, 1953). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 42-52, 2017.

¹⁰⁷ GROPPPO, 2017, f. 4, tradução nossa.

¹⁰⁸ Ibidem, f. 4, tradução nossa.

¹⁰⁹ Cf. ANSON, Beatriz. **The limits of destalinization: The Spanish Communist party (1956-1965)**. 2002. 317 f. Tese (Pós-Doutorado em Economia e Ciência Política) – London School of Economics and Political Science, University of London, Londres, 2002, p. 156-9.

havia algo intrínseco no sistema soviético que permitiu que ele agisse como agiu”¹¹⁰. Como veremos, um posicionamento parecido da parte de Semprún lhe rendeu repreensões dentro do PCE.

Já mencionamos que a influência de Stalin se estendia aos partidos comunistas de todo o mundo. Da mesma maneira, as novas diretrizes do PCUS após a denúncia khrushcheviana impactaram essas organizações. A próxima seção dedica-se ao caso espanhol, com foco principal ao momento do ‘degelo’, que coincidiu com mudanças na liderança e na linha política do PCE.

1.2 Os vermelhos espanhóis

Na França ocupada pelos nazistas e nos campos de concentração alemães, os comunistas espanhóis eram conhecidos como *rouges espagnols* e *rotspanier*, respectivamente – *vermelhos espanhóis*¹¹¹. Recuperamos essa alcunha, que levou Semprún a Buchenwald na juventude, ao voltarmos o foco para a organização que representava publicamente aquele grupo de “vermelhos”.

O Partido Comunista da Espanha formou-se a partir de 1919 com um grupo heterogêneo e que, nos anos seguintes, tornou-se impopular entre as forças de esquerda espanholas. Em primeiro lugar, os acusavam de tentar roubar membros das outras organizações. Em segundo, denunciavam a submissão do partido à URSS, através do Comintern, que se manifestou, por exemplo, na recusa dos comunistas espanhóis em reconhecer a república proclamada em 1931. No ano seguinte, o PCUS indicou o novo secretário-geral da organização, José Diaz, ao mesmo tempo em que militantes que se tornariam notórios alçaram-se na estrutura partidária, como Antonio Mije, Vicente Uribe e Dolores Ibárruri¹¹².

Pouco antes da Guerra Civil Espanhola, que se iniciou em meados de 1936, o Comintern e, portanto, o PCE, declararam apoio às forças republicanas. Segundo Anson, tal posição da União Soviética elevou o poder e a influência do partido, ao mesmo tempo que sua disposição para seguir as ordens de Moscou, principalmente no que dizia respeito ao tratamento de adversários dentro do campo republicano, aumentaram os ressentimentos em relação aos comunistas¹¹³.

¹¹⁰ ANSON, op. cit., p. 156-7, nota 1, tradução nossa.

¹¹¹ HOPKINS, Stephen. Still a ‘Spanish Red’? The communist past and national identity in the writing of Jorge Semprún. **Twentieth Century Communism**, Londres, n. 3, jul. 2011, p. 72.

¹¹² ANSON, op. cit., p. 18-9.

¹¹³ Ibidem, p. 19.

Com a vitória de Franco, em 1939, os líderes do PCE exilaram-se na URSS e no México. Nas sessões em Moscou para avaliar a derrota, a Internacional foi eximida de qualquer responsabilidade, enquanto o partido foi levado a reconhecer algumas. Não houve, no entanto, qualquer autocrítica e nenhuma resolução foi publicizada¹¹⁴. Os anos seguintes foram de muitas reviravoltas para os comunistas, espanhóis ou não, em uma série de eventos que marcaram profundamente suas relações com outras forças de esquerda, como a assinatura do Pacto de Não Agressão Germano-Soviético (1941), a invasão da URSS pelos nazistas e a subsequente aliança com os países ocidentais na Segunda Guerra Mundial. Durante todo esse processo o PCE manteve sua sujeição às decisões de Moscou¹¹⁵.

Os membros que permaneceram na Espanha, por sua vez, viviam uma situação precária. A organização era quase inexistente, focada em ajudar companheiros e companheiras fugitivos, e a repressão do regime de Franco era brutal¹¹⁶. Ali surgiu um movimento, liderado por Heriberto Quiñones entre 1941 e 1942, que confrontou a direção exilada, defendendo alianças com todas as forças políticas que se opunham a Franco, inclusive as direitistas. O partido orquestrou uma campanha de difamação contra Quiñones, que continuou mesmo após sua detenção e execução pela polícia franquista¹¹⁷. No mesmo ano iniciou-se uma disputa pela secretaria-geral do partido, cargo a que Dolores Ibárruri foi alçada em 1944 com apoio do PCUS. Jesús Hernández, seu principal adversário, e seus apoiadores foram expulsos do partido. Tal evento, assim como os demais já mencionados, ajudam a dimensionar a extensão da influência dos métodos stalinistas sobre o PCE¹¹⁸.

A política da organização daqui em diante emprestaria vários elementos das propostas derrotadas. Sob o lema de Unidade Nacional, o PCE demandava a unidade das forças que opunham Franco, o reconhecimento da república e o reestabelecimento da liberdade de imprensa, entre outros. Ao mesmo tempo, o partido via na guerrilha uma opção viável para derrubar a ditadura, trabalho que se iniciou em 1944. Ambas linhas políticas fracassaram¹¹⁹. A guerrilha fez parte das estratégias do PCE por muitos anos, mas a partir de 1948 direcionaram os trabalhos no interior para os sindicatos legais e universidades. Semprún reconta a influência direta de Stalin nessa mudança tática, que por anos foi negada pelo PCE¹²⁰.

¹¹⁴ ANSON, op. cit., p. 21.

¹¹⁵ Ibidem, p. 22-5.

¹¹⁶ Ibidem, p. 25.

¹¹⁷ Cf. Ibidem, p. 25-8.

¹¹⁸ Ibidem, p. 31.

¹¹⁹ Ibidem, p. 32, 37.

¹²⁰ SEMPRÚN, 1984, p. 97.

A partir de 1950 o partido voltou-se para os desenvolvimentos do movimento estudantil no interior, como veremos no segundo capítulo. Alguns meses antes da denúncia de Stalin por Khrushchev, no entanto, se intensificou no PCE uma disputa de poder que definiria os próximos anos de ação do partido: de um lado, a “velha guarda” composta por líderes como Ibárruri e Uribe; de outro, os “parisienses”, parcela dos militantes baseada na capital francesa e que incluía Santiago Carrillo e Fernando Claudín¹²¹ – com quem Semprún estava, nesse momento, alinhado.

O plano de fundo dessa disputa era o ‘degelo’ da União Soviética, mas outros fatores intervieram¹²². O primeiro deles foi a incorporação da Espanha à Organização das Nações Unidas em 1955, o que significou um salto de legitimidade para o regime de Franco. Tal medida teve apoio soviético, em sintonia com a política de ‘coexistência pacífica’ com outros regimes políticos introduzida após a morte de Stalin. A velha guarda do PCE, na figura da *Pasionaria*, criticou esse movimento e tentou desresponsabilizar a URSS, ao passo que os parisienses, através de um artigo de Carrillo, apreciaram a incorporação de estados socialistas na ONU no mesmo período e ponderaram que, dentro da organização, a Espanha escapava de um controle total por parte dos Estados Unidos.

Tal conflito interpretativo dentro da liderança do partido tinha sérias implicações, principalmente se considerarmos que estrutura do PCE não abria espaço para discussões. As lideranças de Paris perceberam uma desconexão entre a linha defendida pelos líderes tradicionais e a nova política soviética, no que viram uma chance de se legitimarem como a nova direção do partido¹²³.

Um segundo fator foi o XX Congresso do PCUS e, por conseguinte, a denúncia de Stalin. Khrushchev estabeleceu que o culto de personalidade e a falta de democracia interna do partido soviético foram determinantes para que os crimes stalinistas ocorressem. Como já vimos, o escopo e os efeitos da denúncia foram limitados no longo prazo, mas os partidos comunistas como um todo sentiram seu impacto. O culto de personalidade dentro do partido espanhol havia sido direcionado majoritariamente a Dolores Ibárruri, que “havia sido politicamente nutrida sob a égide de Stalin e da cultura Stalinista, e representava o tipo de líder e organização que, de repente, passaram a ser questionadas”¹²⁴.

¹²¹ ANSON, op. cit., p. 75.

¹²² Ibidem, p. 76-7.

¹²³ Ibidem, p. 79-80.

¹²⁴ Ibidem, p. 82, tradução nossa.

A velha guarda encontrava-se, agora, numa posição delicada. Carrillo passou a criticar as práticas do PCE denunciadas pelo partido soviético. Anson aponta, no entanto, que a figura de *La Pasionaria* foi poupada, dada a sua popularidade nos quadros da organização; Vicente Uribe tornou-se o “bode expiatório”¹²⁵, sendo expulso do partido em seguida. Ibárruri manteria o cargo de secretária-geral até 1960, mas na prática Carrillo assumiu o comando, ao que se seguiram algumas mudanças.

O primeiro dos efeitos da denúncia foi uma leve revisão da história do partido, com críticas ao culto de personalidade e uma restauração das relações com o partido iugoslavo¹²⁶. Além disso, os intelectuais (que atuavam na Espanha com certo sucesso desde 1953, como veremos adiante) foram crescentemente “aceitos como uma importante e influente força de luta aos olhos do PCE”¹²⁷. Por fim, seguindo a nova linha soviética de Coexistência Pacífica, o PCE assumiu a política de Reconciliação Nacional, baseada no trabalho clandestino no ‘interior’ realizado pelo movimento estudantil e pelos intelectuais¹²⁸.

Como vimos na Introdução, as denúncias de Stalin afetaram a confiança dos militantes do partido, mas não levaram a grandes movimentos de dissidência. A coincidência entre as mudanças de linha política do PCUS e do PCE foi um dos fatores que contribuíram para isso. No entanto, apesar das críticas formais à falta de democracia interna do partido, no longo prazo persistiu o *modus operandi* da era stalinista: a expulsão de Uribe, resolvida internamente pelo escritório político¹²⁹, dava continuidade à prática de “colocar a responsabilidade pelos erros passados no julgamento errôneo daqueles que já não estavam no poder”¹³⁰. A própria implantação da nova linha política seguiu os moldes anteriores, no sentido de que a nova direção apresentou planos prontos para que o Comitê Central meramente os aprovasse sem críticas¹³¹.

Como vimos, os avanços na desestalinização de Khrushchev foram contidos, em parte, com a invasão da Hungria em 1956. A URSS afirmou que havia respondido a um pedido do governo húngaro para combater contrarrevolucionários fascistas. Anson aponta que o PCE aceitou sem questionamentos essa explicação. Ibárruri, em um artigo intitulado *No podemos ser neutrals ante el fascismo*, afirmou que os trabalhadores apreciavam profundamente a União

¹²⁵ ANSON, op. cit., p. 84.

¹²⁶ Subentende-se aqui o rompimento de relações entre URSS e Iugoslávia, representadas por Stalin e Josip Tito, um dos líderes da liberação iugoslava dos nazistas, que reverberou nos partidos comunistas enquanto uma denúncia do ‘titismo’.

¹²⁷ ANSON, op. cit., p. 86, tradução nossa.

¹²⁸ Ibidem, p. 86-7.

¹²⁹ O ‘escritório político’ era formado a partir dos membros eleitos ao comitê central nos congressos do partido. Mais tarde passou a ser chamado de ‘comitê executivo’.

¹³⁰ ANSON, op. cit., p. 89, tradução nossa.

¹³¹ Ibidem, p. 88.

Soviética por terem ajudado a contra-atacar o movimento contrarrevolucionário. Novamente, é evidente a facilidade com que o partido espanhol se alinhava aos posicionamentos do PCUS¹³².

Houve, porém, quem criticasse tal submissão. Anson¹³³ recupera o movimento de crítica que surgiu entre os militantes do partido baseados no México. Já desde 1953 os quadros localizados no país latino-americano questionavam a postura autoritária do representante da direção, Felipe Muñoz Arconada, que foi defendido pelos líderes em Paris. Em 1956, quando o dogmatismo, o autoritarismo e o culto de personalidade foram denunciados, muitos militantes identificaram essa postura dentro do próprio PCE. Os líderes no México buscaram efetivamente subverter tal ordem, mas foram duramente atacados em um encontro com o escritório político, que os acusava de revisionismo, e forçados a se alinharem novamente à interpretação oficial do partido. Essa atitude, somada à defesa da invasão da Hungria, ajudou a definir os limites da desestalinização no Partido Comunista da Espanha¹³⁴.

Nesse ínterim, o movimento estudantil espanhol viveu um renascimento, com participação do PCE. O sucesso das ações entre 1953 e 1956 despertou o otimismo dos líderes exilados na França, que passaram a pautar a política de Reconciliação Nacional a partir de uma estratégia de greves gerais, que ficou conhecida como *jornadismo*. A estratégia, em linhas gerais, consistia na organização e realização de uma série de greves gerais para derrubar o regime de Franco. Foi o *modus operandi* da organização entre 1958 e 1967. O fracasso dessa política, em seus primeiros anos, deu origem ao movimento de dissidência do qual Jorge Semprún seria um dos principais protagonistas.

¹³² ANSON, op. cit., p. 159.

¹³³ Ibidem, p. 164ss.

¹³⁴ Ibidem, p. 169-72.

2 “INTELECTUAIS CABEÇA DE VENTO”

A relação do Partido Comunista da Espanha com os intelectuais, desde o final da Guerra Civil, foi tumultuosa: por geralmente terem origem nas classes médias e altas, não eram bem recebidos no partido¹³⁵. Neste capítulo, faremos um panorama da atuação do movimento estudantil e dos intelectuais ligados ao PCE, principalmente a partir de meados da década de 1950. Além disso, as duas frentes da crítica de Semprún ao partido em *Autobiografía* serão exploradas.

Durante a década de 1940, a *Union de Intelectuales Libres* (UIL) foi a principal organização a reunir intelectuais progressistas que viviam na Espanha. Fundada em 1944, inicialmente era composta principalmente por professores, mas logo passou a incluir profissionais liberais e artistas das mais variadas afiliações políticas: “comunistas, socialistas, republicanos, anarquistas e aqueles sem um partido”. A organização defendia a restauração da república e o renascimento e democratização da cultura espanhola, através de publicações ilegais que apareceram entre 1946 e 1947, ano em que a UIL se dissolveu dado o isolamento da ilegalidade e a repressão da polícia de Franco, que prendeu todo o secretariado da organização¹³⁶.

Nas universidades, a única organização estudantil legal era o *Sindicato Español Universitario* (SEU), de cunho fascista e associação compulsória. O regime perseguiu professores com qualquer inclinação liberal ou progressista e, em 1943, foi aprovada a *Ley de Ordenación Universitaria*, que dava caráter católico e falangista às instituições de ensino superior. Houveram tentativas de organização independente, através de uma *Federación Universitaria Española* (FEU), entre 1944 e 1947, quando seus membros foram indiciados e presos¹³⁷.

Os líderes do PCE no exílio, nesse ínterim, mantiveram contatos não-oficiais com intelectuais isolados¹³⁸. Apesar de limitados, esses encontros representaram uma tomada de consciência por parte da organização sobre a existência de uma oposição estudantil e intelectual ao regime de Franco no ‘interior’. Foi nesse contexto que Semprún passou a ganhar proeminência no partido, sendo apontado em 1950 como editor de um jornal teórico do PCE, *Cultura y Democracia*, que tinha o objetivo de influenciar o mundo intelectual espanhol¹³⁹.

¹³⁵ ANSON, op. cit., p. 93.

¹³⁶ Ibidem, p. 94-5, tradução nossa.

¹³⁷ Ibidem, p. 97.

¹³⁸ Cf. Ibidem, p. 98-100. A autora faz uma reconstrução detalhada dos encontros do PCE com intelectuais espanhóis no final da década de 1940.

¹³⁹ Ibidem, p. 101.

No final de 1953, Semprún foi enviado pela direção do partido para uma viagem à Espanha. Era a primeira vez que regressava ao país desde seu exílio. Felipe Nieto recupera o informe que Semprún enviou aos líderes de Paris sobre a situação do país naquele momento, com especial destaque para a cidade de Madrid. O quadro que apresentou foi de uma população miserável e fortemente vigiada¹⁴⁰. Destaca-se o alinhamento do militante à interpretação do escritório político, inclusive no otimismo em relação ao clima político do país e à linha de atuação do partido.

Nieto aponta que nesse período, de fato, a leve recuperação econômica e estabilização da Espanha levou a uma “moderação da política repressiva, com a redução das penas de morte” e um governo com “alguns sinais integradores, ao menos no setor da cultura”¹⁴¹. Assim, Semprún propôs o direcionamento de publicações do partido, como as revistas *Cuadernos de Cultura* e *Nuestro Tiempo*, para influir no meio intelectual do país, além de realizar intervenções em rádios, editar publicações legais e, principalmente, promover a formação política e ideológica de um grupo de intelectuais que organizariam o movimento antifranquista¹⁴².

Nesse mesmo momento os acordos entre Estados Unidos e Espanha, que levaram esta a ser aceita na ONU, ganharam relevo e os líderes comunistas viram aí uma urgência de ação. Consideraram, então, que a luta contra o regime competia a todas as forças, não somente aos trabalhadores, e os intelectuais em sua atuação mediadora tornaram-se peças centrais. Eles deveriam ser organizados e instruídos para mobilizar a população¹⁴³. Assim, em abril de 1954, o partido lançou um documento chamado *Mensaje a los intelectuales patriotas*, em que clamava sua participação na defesa da democracia e da cultura.

Do mesmo modo, no V Congresso do PCE, realizado em novembro daquele ano, Carrillo defendia a importância política de escritores, poetas e filósofos, entre outros, mesmo que não filiados ao partido. Afirmava então que “el Partido es el primer interesado en ayudarles a que realicen su trabajo de creación”, na medida em que seus princípios ideológicos se conformassem às concepções da organização¹⁴⁴. É evidente a mudança na atitude pública do partido em relação aos intelectuais, assim como o desejo de enquadrar suas produções e posições.

¹⁴⁰ NIETO, Felipe. La constitución de la organización comunista de los intelectuales, Madrid, 1953-1954. *Espacio, Tiempo y Forma*, Madrid, n. 20, 2008, p. 230.

¹⁴¹ Ibidem, p. 232, tradução nossa.

¹⁴² Ibidem, p. 232.

¹⁴³ Ibidem, p. 235.

¹⁴⁴ PARTIDO COMUNISTA DE ESPAÑA. *V Congreso del Partido Comunista de España*. Informe sobre problemas de organizacion y los estatutos del Partido. Châteauroux: PCE, 1954, p. 22.

Já em 1953, por decisão do escritório político, Semprún tornou-se o responsável por coordenar o trabalho desse grupo no interior, onde estabeleceu contatos e participou das manifestações estudantis dos anos seguintes, acompanhado de pessoas como Ricardo Muñoz Suay, que atuava principalmente nos círculos ligados ao cinema espanhol, e Enrique Múgica, que assumiu a frente na universidade. Buscavam expandir a rede de contatos e de apoiadores do partido no país. Se envolveram diretamente nos eventos dos dois anos seguintes que, dado seu êxito, levaram os agitadores intelectuais aos mais altos escalões do partido. Semprún, por exemplo, foi eleito para o comitê central em 1954¹⁴⁵ e promovido ao comitê executivo em 1959. Nos dedicaremos, a seguir, a um breve panorama dessas ações, que serviram de base para a política de greve geral do PCE.

A primeira grande demonstração de estudantes do período ocorreu em 1954. Um ato convocado pelo SEU (lembremos, uma organização falangista) foi reprimido pela polícia de Madrid. Dado o silêncio dos jornais, um grupo de estudantes de esquerda convocou uma manifestação em defesa da liberdade de imprensa, que reuniu cerca de dez mil pessoas e também acabou em embates com a polícia¹⁴⁶.

As demandas desses protestos, inicialmente liberdade de imprensa e depois de organização dos estudantes, foram interpretadas pelos líderes do PCE em Paris como um desejo de mudança de regime. Tal movimento, argumentaram, “não desenvolveria todo o seu potencial sem uma liderança, e ela deveria vir dos Comunistas”¹⁴⁷. Foi o que se deu, com a inclusão nos quadros do partido de alguns dos líderes estudantis que haviam participado desse movimento, como Múgica.

Semprún, naquele momento, concordava com o estabelecimento de uma liderança comunista e foi um dos defensores de tal percepção. Voltou a Madrid após as demonstrações e, em informe aos líderes exilados, afirmou a deterioração do SEU e um sentimento antifranquista nas ruas, demonstrado no desinteresse pela marcha anual em comemoração à vitória de Franco. Para ele, isso corroborava tanto a força do movimento estudantil, quanto o crescimento das posições democráticas entre a população espanhola¹⁴⁸.

Após as revoltas estudantis de janeiro de 1954, a organização comunista na Universidade de Madrid voltou sua atenção para a preparação de um Congresso de Jovens Escritores. Até aquele momento, o principal fórum público de discussões eram encontros de poesia do SEU. O

¹⁴⁵ PRADERA, Javier. Jorge Semprún and His Heteronym Federico Sánchez. In: FERRÁN, Ofelia; HERRMANN, Gina. **A critical companion to Jorge Semprún**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2014, p. 55.

¹⁴⁶ ANSON, op. cit., p. 108-10.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 111, tradução nossa.

¹⁴⁸ NIETO, op. cit., p. 238-9.

objetivo do Congresso era construir um evento independente do sindicato oficial e quebrar seu monopólio sobre a organização estudantil¹⁴⁹. O evento inicialmente contou com o apoio do reitor da universidade, Pedro Laín, mas logo encontrou a resistência do SEU e dos aparelhos de vigilância franquistas¹⁵⁰.

Semprún estava presente no processo e ajudou a criar o primeiro Comitê de Estudantes Universitários do PCE, em 1955. Nesse momento, se atraíam pelo partido não só aqueles que se identificavam como comunistas, mas também opositores do regime num geral. Carrillo, em entrevista a Anson, afirmou que “o PCE conseguiu ser o único partido antifranquista realmente em existência”¹⁵¹. Além da universidade, os comunistas buscaram expandir sua influência entre os cineastas espanhóis através de cineclubes e revistas, sob direção de Muñoz Suay¹⁵².

Um evento decisivo foi a morte de José Ortega y Gasset em outubro de 1955, considerado o filósofo espanhol mais importante de seu tempo. Seu funeral reuniu milhares de estudantes e os organizadores do Congresso de Jovens Escritores aproveitaram a oportunidade para distribuir um obituário que o proclamava um filósofo liberal¹⁵³ e organizar uma homenagem independente. A principal motivação era a “rejeição da manipulação ideológica” de sua morte pelo regime, que o qualificou com um católico¹⁵⁴. Todos os veículos que contrariaram a narrativa oficial do governo foram fechados pela polícia e o próprio Congresso de Jovens Escritores foi cancelado pelas autoridades, já que vários de seus organizadores, como Múgica, foram “descritos pela polícia como a ‘cabeça’ [...] da organização comunista na Universidade”¹⁵⁵.

Em janeiro de 1956, aqueles envolvidos na preparação do Congresso de Jovens Escritores, agora já impossibilitado de ocorrer, decidiram convocar um Congresso Nacional dos Estudantes. Para dar suporte à convocação, escreveram o que ficou conhecido como o “Manifesto Universitário de 1956”, no qual denunciavam as dificuldades econômicas dos estudantes, atacavam o SEU e faziam um chamado por um congresso universitário que desse origem a uma organização estudantil independente¹⁵⁶.

Em fevereiro daquele ano as tensões escalaram e, entre os dias 7 e 9, falangistas e opositores entraram em confronto direto¹⁵⁷. A polícia reagiu com buscas e prisões de qualquer

¹⁴⁹ ANSON, op. cit., p. 118-9.

¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 121-5.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 124, tradução nossa.

¹⁵² *Ibidem*, p. 127.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 128, 130.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 132, tradução nossa.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 135, tradução nossa.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 137-8.

¹⁵⁷ Cf. *Ibidem*, p. 139-147. A autora oferece uma descrição detalhada dos eventos.

um que estivesse envolvido na oposição ao SEU e ao regime, certos de que o PCE estava por trás das agitações. O motim causou, além disso, uma crise no governo: Franco culpou dois de seus ministros pela perda de controle sobre os estudantes e eles renunciaram aos cargos. Os reitores das Universidades de Madrid e Salamanca, além do diretor da Faculdade de Direito de Madrid, foram demitidos¹⁵⁸.

Tal reação do governo deu ao PCE grandes esperanças do que podia ser alcançado pelo movimento estudantil do interior. É importante frisar que, nesse momento, ocorria a oficialização da política de Reconciliação Nacional pacífica, detalhada na seção seguinte, do partido espanhol. Diante da repressão sofrida pelos estudantes, o novo posicionamento do PCE, que buscava uma via democrática, se apresentava como uma opção plausível. Os dirigentes do partido, por sua vez, acreditavam que a emergência desse movimento significava a inevitabilidade da queda do regime¹⁵⁹.

Semprún considera, em *Autobiografía*, que foi nesse momento que Federico Sánchez se tornou relevante dentro da oposição antifranquista, ao ter um artigo chamado “Sem dogmatismos preconcebidos” publicado na revista *Mundo Obrero* e reproduzido em toda a imprensa do partido. Segundo ele, o texto foi imediatamente associado pelo regime de Franco como prova da participação dos comunistas sob influência de Moscou nos protestos¹⁶⁰.

Além dos motins de fevereiro de 1956, outras ações bem-sucedidas foram os boicotes ao transporte público em Barcelona e Madrid no ano seguinte. O otimismo dos líderes comunistas exilados diante do sucesso das demonstrações ocorridas nos quatro anos anteriores, desconsiderou a espontaneidade de tais atos e as condições objetivas das forças de oposição no interior. Embarcaram, então, na fracassada política de greves gerais¹⁶¹. Os efeitos colaterais do *jornadismo* levaram a uma crise na cúpula do PCE, que detalharemos adiante.

2.1 “As trevas exteriores”

“Mais vale enganar-se com o partido, dentro do partido, que ter razão fora dele ou contra ele”, teria dito Santiago Carrillo¹⁶². Semprún relaciona tal pensamento ao *Espírito-de-Partido* e sua verdade absoluta, que exploraremos na seção seguinte. Por ora, o importante é saber que esse mesmo espírito “acabou expulsando-o para as trevas exteriores”, ou seja, para a existência

¹⁵⁸ ANSON, op. cit., p. 150.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 151-3.

¹⁶⁰ SEMPRÚN, op. cit., p. 36.

¹⁶¹ ANSON, op. cit. p. 190-1.

¹⁶² SEMPRÚN, op. cit., p. 289-90.

e a ação política fora do partido¹⁶³, já que era inaceitável se opor e discordar da liderança em uma organização com traços stalinistas tão marcados.

No centro da contenda que levou ele e Fernando Claudín a serem expulsos estava o fracasso da política de greves gerais e, por conseguinte, as disparidades na interpretação da situação política espanhola. Anson aponta que o PCE investiu na política dado o sucesso dos boicotes ao transporte público e dos protestos estudantis, as mudanças no gabinete de Franco como efeito dessas mobilizações, o desejo de manutenção da linha política pacífica e o isolamento do partido em relação à outras forças de esquerda¹⁶⁴.

Emanuele Treglia afirma que, com a política de Reconciliação Nacional, buscava-se mobilizar o maior número possível de pessoas para derrotar o franquismo pacificamente, sem arriscar uma nova guerra civil. Isso advinha tanto do desejo de empreender uma luta aberta, já que percebiam os limites do trabalho clandestino, quanto da crença de que a maioria da população queria ver o fim do regime. As jornadas, assim, representariam um “plebiscito” contra Franco, um ato popular pelo fim do autoritarismo. Além de mobilizar a população num geral, o PCE desejava unificar as forças antifranquistas, o que não foi alcançado¹⁶⁵.

A primeira marcha, nomeada *Jornada de Reconciliación Nacional* (JRN), foi marcada para maio de 1958 e a segunda, a *Greve Nacional Pacífica* (GNP), para junho de 1959. Nas duas ocasiões o PCE não conseguiu angariar apoio para as ações e contava com escassos recursos humanos e materiais para propagandear os protestos. Não houve mobilização popular e, ambas as vezes, a liderança exilada se recusou a admitir o fracasso da política. Para piorar a situação do partido, em novembro de 1959, vários militantes que voltavam para a Espanha após participarem do VI Congresso do PCE – em que Semprún foi promovido ao comitê executivo – foram presos. Os líderes do partido não assumiram qualquer responsabilidade¹⁶⁶.

Observando de fora, os líderes de Paris rejeitavam qualquer consideração de que a política não encontrava bases na sociedade e nas forças de oposição espanholas. Impediam as discordâncias e a própria verdade do fracasso da estratégia afirmando que os militantes do interior, isolados pela clandestinidade, não podiam saber das mobilizações em outras cidades. Jordi Solé Tura, por exemplo, encontrou-se com os líderes em Praga para informar do insucesso da primeira jornada, mas lhe afirmaram que, apesar da inexistência de greves em Barcelona, outras cidades da Espanha haviam se mobilizado em larga escala. Assim, ele “concluiu que,

¹⁶³ SEMPRÚN, op. cit., p. 116.

¹⁶⁴ ANSON, op. cit., p. 193-6.

¹⁶⁵ TREGLIA, Emanuele. El PCE y la huelga general (1958-1967). *Espacio, Tiempo y Forma*, Madrid, v. 20, 2008, p. 250-2.

¹⁶⁶ Cf. ANSON, op. cit., p. 200-31.

assim como a liderança vinha insistindo, os ativistas na Espanha de fato tinham um ponto de vista limitado. Ele não podia desconfiar” do que lhe era dito pelo partido e passou, então, a oferecer uma visão otimista dos fatos¹⁶⁷. Tal procedimento nos ajuda a entender como essas ideias se mantinham majoritárias na organização.

Para Semprún, o problema aqui residia no subjetivismo, na crença de que a ditadura estava prestes a acabar e que as forças de oposição eram maioria, apesar de todas as evidências contrárias. Nas palavras dele:

O subjetivismo significa que não se analisam corretamente nem a correlação de forças nem as possibilidades reais de ação, significa que se subestimam as forças do adversário, que se designam objetivos errôneos, que ao serem alcançados provocam a desmobilização ou a desmoralização das forças revolucionárias¹⁶⁸.

Nesse contexto de distanciamento do comitê executivo, em relação aos quadros e à própria realidade espanhola, iniciaram-se os movimentos de crítica. Semprún não foi, porém, a primeira voz divergente. Alguns, como Luís Goytosolo, pronunciaram insatisfações com as falhas de segurança do VI Congresso que levaram tantos militantes, inclusive ele, à prisão. O primeiro grande abalo, no entanto, veio de Javier Pradera. Um dos mais ativos militantes comunistas da organização universitária de Madrid, ele mantinha uma relação próxima com Semprún¹⁶⁹.

Em um relatório sobre a situação espanhola no início da década de 1960, Pradera criticou a representação otimista que o partido vinha fazendo da GNP em seus veículos oficiais, afirmando que o caráter de ‘ferramenta de propaganda’ que Carrillo tentou imprimir aos atos fracassados não era suficiente para justificar os riscos e as perdas que vieram com sua organização. Além disso, questionava a possibilidade de uma aliança entre todas as forças antifranquistas – que incluiria a classe trabalhadora e setores da burguesia, por exemplo, e era um dos princípios da política de Reconciliação Nacional¹⁷⁰.

Nessa ocasião, quem respondeu às críticas de Pradera foi Semprún, numa carta “dura e derogatória”. Descrevia as posições do primeiro como antidualéticas e abstratas, além de argumentar que se deviam ao isolamento de Pradera – como já vimos, uma posição comumente tomada pela liderança para desqualificar críticas dos militantes clandestinos¹⁷¹. Após o fato, Pradera foi progressivamente isolado das atividades do partido, que o manteve em razão de sua

¹⁶⁷ ANSON, op. cit., p. 205, tradução nossa.

¹⁶⁸ SEMPRÚN, op cit., p. 185-6.

¹⁶⁹ ANSON, op. cit., p. 233.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 234.

¹⁷¹ Ibidem, p. 235.

influência¹⁷². Em 1963 ele deixou o PCE para filiar-se ao Partido Socialista Obrero Español (PSOE).

Nenhuma menção desse embate é feita por Semprún em *Autobiografía*. Aqui podemos perceber que, no trabalho de enquadramento da memória do autor, ele preferiu silenciar esse momento em que o modo stalinista de agir perante críticas guiou suas ações. Anos mais tarde Pradera escreveu sobre Jorge Semprún/Federico Sánchez e, da mesma maneira, não mencionou tal discussão¹⁷³. Muitos dos posicionamentos de Pradera naquela época, no entanto, se espalharam pelos estudantes e intelectuais no interior e, em última instância, convergiram nas posições de Semprún e Claudín.

Alguns eventos marcaram esse desenvolvimento. O primeiro foi o Seminário de Arras, realizado entre julho e agosto 1963, para intelectuais e estudantes do partido. Lá Semprún e Claudín criticaram o funcionamento interno do partido e defenderam a entrada da Espanha na União Europeia. Carrillo, ao final do evento, criticou aqueles que haviam aderido às ideias dos intelectuais, acusando de revisionistas as críticas ao dogmatismo do partido. Logo abandonou o espaço e Claudín ofereceu uma resposta, em que afirmava que os textos marxistas eram interpretados como uma bíblia, o que favoreceu o culto de personalidade¹⁷⁴ – mais uma pista conexão entre a cultura política comunista espanhola e a religiosidade.

Em outro momento mencionamos as posições do comunista italiano Togliatti sobre o ‘sistema’ soviético, que lhe renderam duras críticas por parte do PCUS. Em setembro de 1963 Semprún publicou, na revista de orientação teórica do partido *Realidad*, um artigo em que se referia ao “sistema institucional” do culto de personalidade. Essa alusão a algo estrutural na URSS – e nos partidos comunistas – que permitiria a emergência do culto “provocou as iras e o escândalo”¹⁷⁵. Além disso, dizia que o movimento comunista daquele momento não apresentava “uma imagem *monolítica*”, mas sim heterogênea e em desenvolvimento¹⁷⁶. Anson reconta que este posicionamento de Semprún se aproximava novamente de Togliatti, que defendia um “policentrismo” do comunismo internacional, o que também explica a má reação da direção ao texto¹⁷⁷.

No que diz respeito ao posicionamento deles sobre a situação econômica e política da Espanha, Claudín e Semprún denunciavam o subjetivismo que havia levado o partido a

¹⁷² ANSON, op. cit., p. 236, 240.

¹⁷³ Cf. PRADERA, op. cit., passim.

¹⁷⁴ ANSON, op. cit., p. 254-56.

¹⁷⁵ SEMPRÚN, op. cit., p. 239.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 240.

¹⁷⁷ ANSON, op. cit., p. 268.

empreender uma perigosa e infrutífera campanha de greves, baseada na crença de que o regime de Franco estava em seus últimos suspiros e de que a sociedade espanhola não havia experimentado desenvolvimento durante a ditadura. Na sessão de janeiro de 1964 do comitê executivo, primeira entre as que levariam às suas expulsões, Claudín considerava, por exemplo, os aumentos dos salários e os efeitos do turismo, além de questionar o quadro otimista sobre o crescimento da oposição revolucionária¹⁷⁸. Nas palavras do dirigente:

‘[Na visão do comitê executivo] A abertura democrática se liga uma mudança social e, por conseguinte, à subida ao poder das forças sociais não monopolistas. E, pois, ligada logicamente a uma crise revolucionária... Minha opinião é que não caminhamos para uma situação revolucionária desse tipo [...]’¹⁷⁹.

Semprún, por sua vez, defendeu as posições que havia tomado no Seminário de Arras, desautorizando Carrillo por não ter assistido às falas completas e questionando seu afastamento das atividades do partido desde o encontro de intelectuais. Claudín e Semprún também atacaram a falta de debate interno no partido. Foram duramente criticados pelos outros membros do comitê¹⁸⁰. Após mais uma série de discussões, em abril de 1964 ambos foram afastados do comitê executivo e, em 1965, expulsos do partido. Nesse ínterim, o partido os apartou de qualquer decisão e os alvejou com uma campanha difamatória, que inclusive os impedia de expor suas opiniões para os outros militantes da organização¹⁸¹.

Pradera afirma, em um ensaio de cunho acadêmico sobre Semprún, que o pecado capital, a principal arma utilizada contra o militante, foi sua origem de classe média alta e sua função de intelectual¹⁸². E são com as palavras de *La Pasionaria* sobre ele e Claudín, na sessão que culminou nos expurgos, que Semprún encerra *Autobiografía*: “você são apenas ‘intelectuais cabeça de vento’”¹⁸³.

A partir desse momento, em suas percepções, estavam certos fora do partido e contra ele. Haviam sido banidos para as trevas exteriores pelo Espírito-de-Partido e criticavam a interpretação bíblica dos textos marxistas. Mais de uma vez o vocabulário com tom religioso apareceu até aqui: o espírito absoluto, os textos bíblicos e o culto a um líder supra-humano. Na próxima seção exploramos esse aspecto da cultura política comunista espanhola, que ganhou destaque nas considerações de Semprún em *Autobiografía de Federico Sánchez*.

¹⁷⁸ ANSON, op. cit., p. 272-3.

¹⁷⁹ Citado por SEMPRÚN, op. cit., p. 199-200.

¹⁸⁰ ANSON, op. cit., p. 274-5.

¹⁸¹ Cf. Ibidem, p. 276-94.

¹⁸² PRADERA, op. cit., p. 66.

¹⁸³ SEMPRÚN, op. cit., p. 295.

2.2 A religiosidade comunista

Um dos paradoxos da cultura política comunista, segundo Motta, “foi o estabelecimento de culto à URSS, à figura dos líderes e ao partido”. Esse culto tornou líderes e organizações em entes sagrados, além de elevar o marxismo-leninismo a um conjunto de “textos dogmáticos”. Essa “religião política” comunista “apelava à fé de seus aderentes”¹⁸⁴. Semprún dedica várias páginas da *Autobiografía* a definir e criticar uma ‘religiosidade comunista’, que relaciona ao culto de personalidade, e que se expressava em uma “linguagem comunista” com um “funcionamento esotérico, quase religioso”¹⁸⁵.

Ao analisar a cultura política comunista espanhola, Mercedes Yusta aponta que “sensibilidades e modelos de pensamento” de origem religiosa foram integrados a essa cultura política em princípio laica e anticlerical. Estaria relacionada, assim, ao conceito de “religiões laicas”, ou seja, “novos modelos de espiritualidade e transcendência que escapavam ao controle onipresente da Igreja”¹⁸⁶. No estudo da cultura política comunista, e principalmente de suas encarnações em estados considerados totalitários, vários pesquisadores apontaram suas similaridades com “estruturas, instituições e modelos de pensamento de origem religioso”, ao que foi chamado de “religião política”¹⁸⁷ num sentido majoritariamente pejorativo¹⁸⁸.

No caso espanhol, Yusta argumenta que existiram, no pós-Guerra Civil, transferências entre a religiosidade cristã majoritária na Espanha e um novo tipo de religiosidade, laica em suas origens, que estava direcionada à fé no partido e na vitória contra o regime de Franco. Além disso, prometia uma nova forma de transcendência, aquela do mundo socialista sem injustiças e desigualdade¹⁸⁹.

O que justificou a aproximação do PCE com tais elementos cristãos, principalmente católicos, foram os posicionamentos de Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin sobre a questão. A primeira diferenciava a religião cristã e alguns de seus princípios fundamentais, que são compartilhados pelo comunismo, e as instituições religiosas, principalmente a Igreja Católica. Já o segundo planteava a necessidade de unir a classe trabalhadora, no que se incluíam os religiosos e os não religiosos.¹⁹⁰

¹⁸⁴ MOTTA, op. cit., p. 23.

¹⁸⁵ SEMPRÚN, op. cit., p. 25.

¹⁸⁶ YUSTA, op. cit. p. 351, tradução nossa.

¹⁸⁷ Hannah Arendt foi uma das primeiras a explorar tal relação entre comunismo, religião e totalitarismo, mas rechaçou a caracterização do comunismo como uma religião. ARENDT, Hannah. Religion and Politics. In: **Essays in understading: 1930-1954**. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co, 1994, p. 368-390.

¹⁸⁸ YUSTA, op. cit., p. 352, tradução nossa.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 354-5.

¹⁹⁰ YUSTA, op. cit., p. 356.

Michael Löwy demonstra que tal aproximação era feita já por Friedrich Engels, que considerava o cristianismo primitivo como uma religião dos pobres com marcados paralelos em relação ao socialismo:

(a) ambos os movimentos foram criados pelas massas – não por líderes nem profetas; (b) seus membros foram oprimidos, perseguidos, e proscritos pelas autoridades dominantes e; (c) pregaram por uma iminente liberação e eliminação da miséria e da escravidão¹⁹¹.

A diferença estaria na forma dessa libertação: ao passo que “os cristãos primitivos escolheram deixar sua liberação para depois desta vida”, o socialismo desejava a “emancipação no futuro próximo deste mundo”¹⁹².

Estrategicamente, para o partido espanhol, isso respondia à necessidade de ampliar suas bases e teve duas frentes principais. A primeira foi “atrair os crentes aos quadros aludindo à possibilidade de compaginar a fé cristã e o comunismo, os quais compartilhariam muitos valores essenciais, já que denunciavam o fascismo como ideologia fundamentalmente anticristã”¹⁹³. Em segundo lugar, ao contrário dos anarquistas, por exemplo, o PCE não reivindicou abertamente uma violência anticlerical, e buscava no apoio de membros do clero sua legitimação diante da população. Queriam apresentar-se, assim, como “partido unitário” de oposição, “capaz de aglutinar todas as tendências do antifascismo” e, mais tarde, do antifranquismo¹⁹⁴.

Já no que diz respeito à conformação de uma religiosidade laica no seio do PCE, Yusta retoma a discussão sobre a “fé no partido”. Löwy explora tal noção a partir das considerações Lucien Goldmann, que tenta

comparar – sem assimilar um ao outro – crença religiosa e crença marxista: ambas têm em comum o rechaço do puro individualismo (racionalista ou empirista) e a crença em valores trans-individuais – Deus para a religião, a comunidade humana para o socialismo. Em ambos os casos, a crença está apoiada em uma aposta – a aposta pascaliana na existência de Deus e a marxista na libertação da humanidade – que pressupõe o perigo do fracasso e a esperança do êxito¹⁹⁵.

Alguns exemplos desse raciocínio no PCE vêm de citações que Semprún faz de líderes como Irene Fálcon e Dolores Ibárruri. A primeira proclamava, em 1964: “Temos fé, sim, temos

¹⁹¹ LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo?. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 303.

¹⁹² Ibidem, p. 303.

¹⁹³ YUSTA, op. cit., p. 356-7, tradução nossa.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 357-8, tradução nossa.

¹⁹⁵ LÖWY, op. cit., p. 311.

fé e confiança em nossa classe operária, em nosso povo, em nosso glorioso Partido”¹⁹⁶. Já a segunda afirmava em 1947: “É preciso ter-se uma fé apaixonada pela causa que se defende”¹⁹⁷. Como vimos na Introdução, um dos principais elementos morais da cultura política comunista era a devoção e abnegação total à causa, o que também ocorreu na cultura política comunista espanhola que se formou nos anos da guerrilha – que foi a estratégia do PCE até 1948.

“Noções, valores e crenças” eram combinadas pelos dirigentes comunistas sem o caráter transcendental religioso, mas dotadas “de uma nova transcendência supraindividual e secularizada”. Assim, o “sagrado”, num sentido de valor absoluto, torna-se a entrega total do ou da militante à causa superior, pela qual “arrisca tudo o que tem e é”¹⁹⁸. O caráter transcendental, por sua vez, tinha duas faces. A primeira era a expectativa do ‘reino da liberdade’ que, na explicação de Ernest Bloch retomada por Löwy, advinha da religião como “uma das formas significativas de consciência utópica”, consciência da qual a luta socialista seria herdeira¹⁹⁹. A segunda era a “superção da morte individual por uma fusão em uma entidade coletiva” que garantiria um tipo de imortalidade, principalmente através da memória²⁰⁰. Semprún, por exemplo, recorda os “desconhecidos militantes que encarnavam a liberdade comunista”²⁰¹.

Outro aspecto dessa “religião laica” é o surgimento de seus mandamentos, seus mártires, seus ritos e seus cultos. Foi *La Pasionaria*, que assumiu, no partido espanhol, o papel de líder cultuada. “Dolores é, ao mesmo tempo, filha e mãe do povo”²⁰², dizia Semprún ao recordar as poesias que se escreviam em nome da líder. Tais escritos seriam saturados de uma “sinceridade lírico-staliniana e de uma religiosidade alienada”²⁰³.

Semprún não se exclui de tal processo, e reproduz trechos do nunca terminado *Canto a Dolores Ibárruri*, que surgiu, para o autor, “no apogeu do culto à personalidade” e compunha a “cristologia” comunista do período stalinista. Nesse poema, Ibárruri aparece como a inspiração que impedia Semprún de render-se ao pessimismo em relação a luta que travavam através do partido²⁰⁴.

Um dos temas mais comuns dessa poesia era a morte de um filho de Ibárruri na Batalha de Stalingrado, defende Semprún, que “passou a fazer parte dos tópicos referenciais

¹⁹⁶ SEMPRÚN, op. cit., p. 124.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 78, grifo no original.

¹⁹⁸ YUSTA, op. cit., p. 364, tradução nossa.

¹⁹⁹ LÖWY, op. cit., p. 310.

²⁰⁰ YUSTA, op. cit., p. 368, tradução nossa.

²⁰¹ SEMPRÚN, op. cit., p. 155.

²⁰² Ibidem, p. 25.

²⁰³ Ibidem, p. 21.

²⁰⁴ Ibidem, p. 22.

obrigatórios da retórica comunista”. A mãe que perde o filho pela grande e nobre causa assume, nesse sentido, “ressonâncias religiosas, crísticas [...] evidentes”²⁰⁵. Yusta aponta que o culto à Ibárruri, a ‘Ave Maria’ comunista, retomava os “conceitos, de origem religiosa, de uma redenção e de encarnação, em um corpo feminino, de uma entidade superior e transcendente”²⁰⁶.

Para Semprún todos esses elementos da ‘religiosidade comunista’ eram perpassados pelo que ele chama de *Espírito-de-Partido*. Nessa concepção, o partido “era a encarnação concreta do desenvolvimento vitorioso da História para os fins objetivamente progressistas e socialistas” e esse espírito a “expressão concreta e incontestável da Classe Revolucionária”, representação da “Verdade global”²⁰⁷. Os termos que usa – Espírito Absoluto, por exemplo – nos remetem também a Hegel, umas das influências intelectuais de Semprún.

Diante desse “altar do Espírito Absoluto”, esse “ídolo sanguinário”, sacrificava-se a verdade²⁰⁸. Para Semprún, somente a oposição a esse espírito poderia formar um sujeito “verdadeiramente comunista”²⁰⁹. É interessante notar que, ao mesmo tempo que nega o ‘espírito absoluto’, defende que exista um esquema de ação que transforme os sujeitos em ‘verdadeiros comunistas’. Podemos supor – ou ao menos Semprún nos quer fazer acreditar com sua narrativa – que ao opor-se à linha política do partido, o autor lutava também contra esse Espírito que habitava nele, já que “essa chaga do stalinismo em [sua] própria pele continuava a [o] queimar”²¹⁰.

Uma verdade que Semprún diz ter sacrificado foi aquela sobre Josef Frank, que esteve com ele em Buchenwald. Em 1952, no ápice da disputa entre Stalin e Tito, Frank foi um dos condenados nos julgamentos fraudados contra membros do Partido Comunista da Tchecoslováquia, acusados de colaboração com o regime de Hitler. Semprún recorda que ao tomar conhecimento da acusação “um calafrio o paralisou por um momento. Frank tinha sido seu companheiro de trabalho [em] Buchenwald [...]. Soube imediatamente que a acusação era falsa”²¹¹.

Apesar dessa verdade ser “como uma gota de ácido que corroía toda as suas certezas”²¹² de intelectual stalinizado, Semprún recorda não ter “proclamado em parte alguma a sua inocência. Tinha-me calado, sacrificando a verdade no altar do Espírito Absoluto”²¹³. Gina

²⁰⁵ SEMPRÚN, op. cit., p. 23.

²⁰⁶ YUSTA, op. cit., p. 368.

²⁰⁷ SEMPRÚN, op. cit., p. 290

²⁰⁸ Ibidem, p. 123.

²⁰⁹ Ibidem, p. 116.

²¹⁰ Ibidem, p. 123.

²¹¹ Ibidem, p. 112.

²¹² Ibidem, p. 113.

²¹³ Ibidem, p. 123.

Herrmann afirma que o peso da responsabilidade pela cumplicidade nesse silêncio foi um momento de ruptura para Semprún, que o distanciou de suas alianças partidárias. Ele continuou no partido, mas anos mais tarde esse momento seria pedra molar para a recuperação da memória comunista²¹⁴.

Herrmann aponta que, ao deixar Buchenwald, “Semprún era um órfão em mais de um sentido, e foi recebido na família comunista”²¹⁵. Nesse sentido, o PCE era “uma nova identidade, uma família adotiva, uma razão para viver”. Ir contra essa família, proclamar a inocência de Frank em 1952, teria “significado voltar à esfera da morte” representada pelo campo de concentração; “ele escolheu sobreviver através da proteção do partido”²¹⁶.

A crítica de Semprún a esse partido “de codificação staliniana”²¹⁷ é ferrenha. Parte da célebre máxima de Fidel Castro, “O Partido resume tudo”, para afirmar que, no movimento comunista sob a égide de Stalin, o partido se tornou um “monólito” que obstrui o horizonte revolucionário, impede os questionamentos sobre os problemas da vanguarda²¹⁸ e se tornou o “fim supremo do movimento comunista”: “Já não parece que o fim supremo de todo revolucionário – por longínquo e difícil que se resulte – consista em fazer revolução, mas em manter o Partido”²¹⁹. É evidente em sua linguagem a presença do aspecto religioso, que ele mesmo denuncia, já que associa o partido a um ‘fim supremo’ quase transcendental.

Nesse sentido, defende um partido que seja um meio, um instrumento de ação, e não um fim em si, um “ente devorador e metafísico, cuja principal vocação consiste em preservar seu próprio ser”, o que exige a “adesão acrítica, para-religiosa ou paralisante”²²⁰. Enquanto meio, é equivalente a outros movimentos, como os sindicatos, conselhos de trabalhadores, movimentos ecológicos e feministas, ou seja, “todas as formas organizadas de luta que permitam e favoreçam a mais ampla participação popular”²²¹.

Em seguida, afirma que o partido nessa forma despótica, “quando começa a devorar cancerosamente todo o tecido social, a homogeneizar todas as formas de vida social [...]; quando o partido destrói o pluralismo”²²² já “não serve para nada”, ou seja, “não serve para os fins que

²¹⁴ HERRMANN, op. cit., p. 167.

²¹⁵ Ibidem, p. 175, tradução nossa.

²¹⁶ Ibidem, p. 189, tradução nossa.

²¹⁷ SEMPRÚN, op. cit., p. 149.

²¹⁸ Ibidem, p. 148

²¹⁹ Ibidem, p. 149-50.

²²⁰ Ibidem, p. 150.

²²¹ Ibidem, p. 149.

²²² Ibidem, p. 151.

motivaram e justificaram a sua criação”²²³: a libertação da classe trabalhadora e o fim da sociedade de classes e do Estado, por exemplo.

Ao nos confrontarmos, aqui, com os efeitos ‘da fé no partido’ em Semprún e, principalmente, com a representação e crítica que ele faz sobre eles, somos lembrados de que seu texto busca nos oferecer uma memória ou um conjunto de memórias específicas. Semprún quer se representar, dar coesão para sua história de vida, mas quer também nos convencer da sua versão dos fatos. A esses dois aspectos de *Autobiografía de Federico Sánchez* dedica-se o capítulo final.

²²³ SEMPRÚN, op. cit., p. 150.

3 “VERMELHO VIVO DA MEMÓRIA”

Para Carlos Fernández, toda a obra de Semprún contém uma explícita e contínua reflexão sobre a memória, que tece o discurso, articula o texto com o tempo e dá sentido, a partir do presente da escrita, às experiências vividas, buscando a precisão e a verdade²²⁴. Além disso, o escritor quer que sua memória seja certificada como memória histórica – logo, coletiva – e a compartilha por um desejo de reparação tanto da história falsa pela verdadeira, quanto de sua própria figura ferida pelo seu envolvimento com o stalinismo, como vimos nos dois capítulos anteriores.

Nesse sentido, os livros de Semprún pouco tem a ver com seu eu individual e privado: são memórias pessoais – mas públicas – de eventos de sua vida que ganham importância para ele por terem sido compartilhados com outras pessoas. Em sua concepção de autobiografia, Semprún distancia-se de si-mesmo (ou seja, do próprio Federico enquanto protagonista) e da história que conta, narrando como quem vê de fora²²⁵. O autor coloca a questão da seguinte maneira em *Autobiografía de Federico Sánchez*: “bem, para ser honesto, [esta é] sua autobiografia política, de maneira bastante vitoriana; nem os sonhos, nem a sexualidade, nem as obsessões de Federico Sánchez aparecem neste ensaio de reflexão autobiográfica”²²⁶. Aqui vemos a atribuição da memória a todas as pessoas gramaticais, pensada por Ricœur, como um recurso narrativo, já que Semprún (eu) narra a história de Sánchez (você).

Fernández aponta quatro influências para a noção de memória do escritor: Maurice Halbwachs, William Faulkner, Marcel Proust e André Malroux. Este capítulo se deterá, inicialmente, na maneira como esses autores influenciaram sua obra e a maneira como constrói sua narrativa memorialística. Em seguida, nos atentaremos às concepções de ‘intelectual’ criticadas e reafirmadas pelo autor através de seu testemunho.

Halbwachs foi professor de Semprún na Sorbonne em 1942. O sociólogo, que era socialista, morreu em Buchenwald em 1945. Desenvolveu suas pesquisas em torno da noção de memória coletiva, que exploramos brevemente na introdução. Essa memória construída em conjunto possui três “marcos sociais” principais: o espaço, o tempo e a linguagem²²⁷. Para Semprún, a linguagem é imprescindível para recordar e desenrolar a memória. Indo além, é a própria objetivação da memória através da linguagem, para retomar o vocabulário Lahire, que configura a real apreensão da experiência. Aqui são relevantes também as reflexões de Maria

²²⁴ FERNÁNDEZ, Carlos. Memoria e historia en la obra de Jorge Semprún. *Miniús*, Ourense, n. 13, 2005, p. 254.

²²⁵ *Ibidem*, p. 257.

²²⁶ SEMPRÚN, op. cit., p. 232.

²²⁷ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 258.

da Glória de Oliveira que, seguindo Ricœur, aponta a formação da “centralidade da configuração narrativa, porquanto uma vida não adquire sua verdadeira e definitiva ‘realidade’ senão *por meio de e através do seu relato*”²²⁸. Um exemplo dessa percepção na obra de Semprún está em *Um belo domingo*²²⁹:

Teremos realmente vivido uma coisa que não conseguimos descrever, nem reestruturar significativamente a verdade, por mínima que seja – tornando-a assim comunicável? Viver realmente não será transformar em consciência – quer dizer, em vida memorizada, ao mesmo tempo susceptível de se transformar em projeção – uma experiência pessoal? Mas, poderemos nos apoderar de uma experiência, seja qual for, sem a submetermos à linguagem? Quero dizer, a história, as histórias, as narrativas, as memórias, os testemunhos: a vida?²³⁰

A segunda influência é de Faulkner, um dos precursores do romance não-linear²³¹. Pierre Bourdieu, ao comentar a “ilusão biográfica”, defende que tal abandono do “relato linear” reforça que “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção” é uma “ilusão retórica”²³², no que também se expressa sua posição radical em relação à (auto)biografia. Quanto ao escritor norte-americano, foi também na Paris de 1942 que Semprún entrou em contato com sua obra: no livro supracitado menciona *Sartoris* (1929) e *Absalão, Absalão!* (1936), em *Federico Sánchez se despide de ustedes* faz referência a *O Som e a Fúria* (1929)²³³.

Lee Anne Fennel aponta que, nas obras de Faulkner, é a memória que determina a descontinuidade cronológica das cenas, já que ela atravessa o tempo e emerge repentina e vividamente a partir de uma impressão sensorial ou de uma sequência de associações. A memória, para o escritor estadunidense, não é estática, mas sim criativa, constantemente sendo reinterpretada e selecionada conforme as necessidades do presente, do que se aproximam as reflexões de Pollak. Esse movimento acontece tanto ao compartilhar uma memória, quanto no próprio processo de interpretação de quem ouve, o que remete ao caráter eminentemente coletivo da memória para Faulkner. Ela é formada por aquilo que o indivíduo lembra, mas

²²⁸ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, mai./ago. 2017, p. 433, grifos no original.

²²⁹ Cf. FERNÁNDEZ, op. cit., p. 258. O autor cita a tradução em espanhol deste trecho. Para ele, é essa premissa que explica o reduzido número de temas das obras autobiográficas de Semprún: sua passagem pelo campo de concentração e sua atuação política no PCE e no Ministério da Cultura.

²³⁰ SEMPRÚN, 1982, p. 61.

²³¹ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 260.

²³² BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 185. FERNÁNDEZ, 2005, p. 250.

²³³ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 260.

também pelo que lhe foi contado pela família ou pela comunidade. O que permanece após tal processo de seleção e reconstrução forma a identidade de uma pessoa²³⁴.

Já em Proust encontramos a noção de memória como resultado de associações, encontros e coincidências, que é reavivada involuntariamente pelos sentidos: uma canção, uma imagem, um sabor²³⁵. Lahire recupera o conceito proustiano de “memória involuntária”, ou seja, “aquela memória que não é o produto de um esforço consciente, intelectual”, como a *anémnesis* que Ricœur busca em Aristóteles, mas sim “de um desencadeamento ‘espontâneo’, muitas vezes misterioso para quem o vive, de fragmentos do passado incorporado”. Essa ativação espontânea, aleatória, das sensações passadas, levava Proust a considerar que a vida não era cronológica, mas sim repleta de anacronismos²³⁶.

Tal traço é evidente em todos os textos de Semprún, que conheceu Proust também na universidade. Em *Autobiografia de Federico Sánchez*, aparece a memória involuntária, como quando narra: “Tinha reparado no banco de pedra na calçada da rua Serrano, do lado direito, em direção à praça. Recordava-se confusamente de alguma coisa. A visão desse banco de pedra recordava-lhe algo confusamente. Depois, essa lembrança se aclarava”²³⁷. Aparece também o desgosto com a linearidade e a cronologia:

Se eu tivesse contado esta história de Federico Sánchez por ordem cronológica, como Deus manda [...] há muito tempo Ricardo [Muñoz Suay] já teria surgindo entre as linhas [...]. Porém não escrevi esta história por ordem cronológica, talvez porque não sou Deus, talvez porque me aborrecem os modelos bíblicos e a falaz reconstrução de uma vida do princípio ao fim [...]²³⁸.

Ao longo de seu livro, Semprún menciona ainda outros desencadeadores de sua memória: as atas de reuniões, revistas, discursos, áudios e outros registros que acessa em seu arquivo pessoal. Para Sue McKemmish, o “arquivamento pessoal” é um “tipo de testemunho” que evidencia e memorializa a vida de um indivíduo. A funcionalidade desses arquivos pessoais residiria na sistematicidade da criação e organização dos documentos e nas escolhas de preservação e descarte que cada titular faz em relação a seus documentos. Além disso, os arquivos pessoais podem dar testemunho do momento cultural em que foram produzidos²³⁹.

²³⁴ FENNEL, Lee Anne. Unquiet Ghosts: Memory and Determinism in Faulkner. *The Southern Literary Journal*, Chapel Hill, v. 21, n. 2, 1999, p. 35-8.

²³⁵ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 260-1.

²³⁶ LAHIRE, op. cit., p. 73.

²³⁷ SEMPRÚN, 1984, p. 42.

²³⁸ Ibidem, p. 160.

²³⁹ MCKEMMISH, Sue. Provas de mim.... In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Leticia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 239-40, 251.

A quarta influência apontada por Fernández é André Malraux e seu livro *La Esperanza* (1937). Este, que foi a primeira publicação a tratar da Guerra Civil Espanhola, possui dois “planos de escritura”: de um lado o estilo dramático na descrição da guerra, de outro um estilo ensaístico em que o autor utiliza as falas dos personagens para expressar suas “reflexões críticas sobre a guerra, o poder [e] a ação política”²⁴⁰. Tal configuração é utilizada por Semprún em *A Segunda Morte de Ramón Mercader* (1969) e *A montanha branca* (1986), por exemplo.

Como dito anteriormente, Semprún aspira relatar a verdade sobre os eventos que narra. Fernández aponta que sua obra é amplamente utilizada por historiadores, dada a sua precisão, de forma que alguns dados e opiniões de Semprún acabaram sendo assumidos pela História acadêmica. Um exemplo é o giro tático do PCE, a partir de 1960, que aplicou uma política de “rede de comitês” em detrimento da anterior, de “sistema de contatos”, a qual foi comentada por historiadores a partir da descrição que Semprún faz na *Autobiografía*²⁴¹.

Além do desejo de exatidão histórica de *Autobiografía de Federico Sánchez* expresso anos mais tarde, como vimos no primeiro capítulo, a que outros propósitos serve o livro? Argumentamos aqui que Semprún deseja reconstruir sua subjetividade enquanto intelectual e militante através de sua memória. Já vimos que suas noções de memória giravam em torno da coletividade, da espontaneidade, da falta de linearidade. Agora se torna imperativo entender sua visão sobre a intelectualidade e a militância, bem como a sua inserção nesses grupos.

3.1 “Stalinismo ideológico”

“Enfim, a gente tem que assumir o que foi [...]. E eu tenho sido um intelectual stalinizado”²⁴². Em outro momento já nos deparamos com essa asserção de Semprún. No entanto, o que significava para ele ser um ‘intelectual stalinizado’? Como afirma a existência dessa categoria, como se insere nela, como a critica? Que memória ele queria construir, na segunda metade da década de 1970, sobre a sua atuação enquanto intelectual do partido? Buscaremos aqui encontrar algumas respostas para esses questionamentos.

Semprún destaca, em primeiro lugar, o caráter ideológico do stalinismo, com suas próprias concepções de história e memória. No que diz respeito à primeira, existiria uma “concepção metafísico-policia da história”²⁴³ em que se reinterpreta “o passado em função das pragmáticas necessidades ideológicas do presente”²⁴⁴. Isso era justificado pela necessidade de

²⁴⁰ FERNÁNDEZ, op. cit., p. 262, tradução nossa.

²⁴¹ Ibidem, p. 263.

²⁴² SEMPRÚN, op. cit., p. 21.

²⁴³ Ibidem, p. 101.

²⁴⁴ Ibidem, p. 107.

uma “vigilância revolucionária” que introduziu nas organizações comunistas “uma suspeita sistemática, o espírito de delação e de submissão”²⁴⁵ que impedia os militantes de levantarem dúvidas sobre o partido.

Essa reinterpretação pragmática se estenderia a ideias, também, como no caso da adoção de uma política unificadora pelo PCE após às críticas a Quiñones, na década de 1940, ou a adoção do eurocomunismo na década de 1970, que se alinhava às sugestões de Semprún e Claudín em 1964. Segundo o autor, essa apropriação de ideias era feita “de uma forma tipicamente staliniana, ou seja, deformando-as irremediavelmente, privando-as de sua significação estratégica e convertendo-as em meros elementos pragmáticos e oportunistas”²⁴⁶.

Essa situação, com efeito, afetava os militantes e moldava sua percepção em torno da luta que empreendiam. Para Semprún, “uma das características do stalinismo ideológico consiste na interiorização auto-repressiva de todos os tópicos coletivos”²⁴⁷. Isso se expressava no comportamento, nas atitudes, nas falas e nas ações desses militantes. O autor dá alguns exemplos disso. O primeiro vem de uma peça que escreveu ainda nos anos 1940 e que apresentou a um dos dirigentes do partido, Antonio Mije, o que descreve da seguinte maneira:

apesar de Mije nunca me merecer o menor respeito intelectual, fui submeter-lhe minha primeira obra literária. Era uma atitude incoerente, porém típica de um intelectual stalinizado, disposto a aceitar humildemente as opiniões de Mije sobre a literatura ou os julgamentos de Zdanov sobre a música e a filosofia [...] como se um e outro, independentemente de sua mediocridade, pudessem ser, através de ilusórias mediações, autênticos intérpretes da opinião do partido que por sua vez fosse a opinião da classe operária [...]²⁴⁸.

É evidente que, posteriormente, Semprún afirma que nunca respeitou a opinião do dirigente, mas a buscou mesmo assim simplesmente por ele *ser* um dirigente e, portanto, representante da *verdade absoluta* encarnada no partido. Essa submissão seria uma das principais características do intelectual stalinizado, o que nos leva a outro exemplo: a reação de Semprún às desconfianças sobre comunistas libertados dos campos de concentração nazistas em 1945, muitos dos quais seguiram dali para os *Gulags* soviéticos sob suspeita de colaboração com o regime alemão. O autor recorda que ele, também, “não se opôs nunca, em sua célula de bairro, a essas campanhas de falsificação histórica e de calúnias pessoais”²⁴⁹ e, apesar de afirmar não ter participado dos processos de expurgo daquele momento, questiona-se:

²⁴⁵ SEMPRÚN, op. cit., p. 101.

²⁴⁶ Ibidem, p. 143.

²⁴⁷ Ibidem, p. 23.

²⁴⁸ Ibidem, p. 90.

²⁴⁹ Ibidem, p. 110.

Porém o que você teria feito no caso? Está seguro de que exigiria uma análise objetiva das acusações e dos dados políticos alegados? Você tem certeza de que teria lutado para que o militante encartado no processo de expulsão gozasse de todas as possibilidades para expor livremente suas razões ou falhas? Teria sido capaz de ouvi-lo, simplesmente ouvi-lo? Você não se atreveria jurá-lo de imediato²⁵⁰.

Sua autocrítica, tema que é um dos fios condutores livro, merece alguma atenção. É tentadora a interpretação de que Semprún quer acertar contas com o partido, mas também consigo mesmo. Em outros momentos, no entanto, sua autocrítica parece uma maneira de se prevenir e blindar das críticas que inevitavelmente sofreria por seu livro. Quer contar uma história na qual viveu, enquanto militante de base do PCE, sob “o véu da ilusão ideológica” que só se levantou em 1956, no “instante em que foi tornado público o informe secreto de Krushev [sic] no XXº Congresso do PCUS”²⁵¹.

A partir de então teria retomado as rédeas de sua intelectualidade e de seu “espírito crítico”, “próprio do intelectual revolucionário”²⁵². Aqui encontramos, ao que parece, seu ideal de intelectual: aquele que assume e aceita “as consequências de suas idéias, a prática de sua visão teórica, que mantém “seu espírito crítico, sua capacidade de negação, geradora de afirmações conflitivas” e renega “uma visão sacralizada do partido”²⁵³.

Na linha do tempo do autor, se identificava com esse modelo em sua juventude na Resistência Francesa e voltaria a recobrá-lo após a denúncia de Stalin. Como vimos no caso de Javier Pradera, no entanto, ainda no início da década de 1960 Semprún mantinha-se publicamente alinhado aos métodos do partido, o que indica um desenvolvimento mais lento de suas discordâncias. Na construção de sua identidade narrativa, no entanto, a supressão de certas ações que não se encaixam nessa ‘linha do tempo’ deve ser tomada em conta, já que pode revelar uma estratégia consciente de silenciamento de suas ações stalinistas, mesmo anos depois das denúncias de Khrushchev, além de evidenciar a pluralidade e heterogeneidade das ações do sujeito – que desestabilizam a objetivação da memória incorporada através da escrita de si.

No que diz respeito à memória na “lógica staliniana”, Semprún argumenta que “o pior inimigo desse sistema é o testemunho autêntico”, que abala o enquadramento da memória conforme as necessidades pragmáticas do partido. Para ele, Stalin não era a exceção, mas a regra entre os dirigentes comunistas, já que “todos eles odeiam a memória verdadeira” e gostariam, como Stalin, “de aniquilar testemunhos, de destruir totalmente a memória que

²⁵⁰ SEMPRÚN, op. cit., p. 100.

²⁵¹ Ibidem, p. 56.

²⁵² Ibidem, p. 112.

²⁵³ Ibidem, p. 114.

permitirá reconstruir a verdade histórica”²⁵⁴. A memória dos comunistas, nesse sentido, é seletiva:

lembram-se de certas coisas e se esquecem de outras. Outras eles expulsam de sua memória. A memória comunista é na realidade uma desmemória; não consiste em recordar o passado, mas em censurá-lo [...] de acordo com os interesses e os objetivos políticos do momento. Não é uma memória histórica, testemunhal, é uma memória ideológica²⁵⁵.

Ao se distanciar dessa lógica no presente da escrita, quiçá Semprún quer (se) convencer de haver alcançado a ‘verdade histórica’ como uma espécie de compensação, dada pela sua própria memória, por sua ruptura ‘ideológica’ com o stalinismo e a memória enquadrada dos dirigentes comunistas.

Herrmann argumenta que, apesar de todas as críticas, Semprún nunca abandonou o modo stalinista de autorrepresentação, evidente na utilização de práticas quase judiciais de acusação e na cultura de ‘fazer a autocrítica do outro’. Nesse sentido, a autora afirma que “a complexidade estrutural do livro de memórias diverge a atenção da resistência do próprio Semprún em reconhecer os hábitos stalinistas do PCE” e, nesse sentido, ele “retém e internaliza a retórica stalinista que ele mesmo critica para distanciar-se do discurso e das políticas da liderança” do partido²⁵⁶.

3.2 “Intelectual revolucionário”

Na memória de censura dos comunistas a rememoração era incômoda. A memória, já definimos com Ricœur, encontra seu êxito no reconhecimento, mas encontra também dificuldades: pode ser impedida, manipulada ou forçada. Quando impedida, sofre com a repressão, as resistências e a repetição que se opõem ao trabalho de rememoração, num duelo constante. Pode ser manipulada pelos destaques e silenciamentos do relato, além de forçada quando associada a um ‘dever’ de lembrar²⁵⁷.

Impedida pelas configurações do partido, a rememoração do stalinismo, por exemplo, era para Carrillo “masoquismo de intelectual pequeno-burguês”²⁵⁸. Voltamos aqui à questão de origem de classe que, como já mencionamos, foi um dos principais pontos explorados pela campanha contra Semprún dentro do PCE. Em Semprún, concorriam as mais diversas matrizes de sociabilização: espanhol de origem na classe média alta e na aristocracia, exilado na Holanda

²⁵⁴ SEMPRÚN, op. cit., p. 171.

²⁵⁵ Ibidem, p. 208.

²⁵⁶ HERRMANN, op. cit., p. 174-5, tradução nossa.

²⁵⁷ RICŒUR, op. cit., p. 10.

²⁵⁸ SEMPRÚN, op. cit., p. 120.

e então na França, universitário, militante da Resistência Francesa e dos partidos comunistas espanhol e francês, sobrevivente de um campo de concentração, líder clandestino, escritor, roteirista... a multidimensionalidade desse ator é evidente (e nada excepcional, diga-se de passagem).

A intelectualidade é só uma face entre outras de sua persona, mas também o tema principal de *Autobiografía de Federico Sánchez*. Toda a obra, cronologicamente, se passa na sessão do comitê executivo do PCE em abril de 1964, em Praga, quando foi expulso do comitê executivo. “*La Pasionaria* pediu a palavra” é o título do primeiro capítulo e também do último. Semprún defende que foi a partir do primeiro encontro com Ibárruri que sua identidade de intelectual stalinizado começou a se formar, motivando o já mencionado *Canto a Dolores Ibárruri*.

Herrmann aponta que, ao minar a simbologia construída em torno da líder comunista, o autor “organiza um conto de oposição intencional ao partido (entendido tanto como uma instituição quanto como uma família simbólica) através de uma narrativa de luta contra uma figura parental e mentora” que representa uma reivindicação da identidade a partir de uma negação das origens²⁵⁹.

A intervenção de Dolores Ibárruri, como já vimos, terminou numa desqualificação da posição de Semprún e Claudín enquanto militantes por serem intelectuais, o que nos lembra das relações conflituosas entre estes e os partidos comunistas. Essa “traição”, diz Herrmann, leva Semprún a um “gesto matricida” que é a *Autobiografía*²⁶⁰. Assim a força motriz por trás do livro seria “um ato de autojustificação política retrospectiva” sobre os eventos que levaram à sua expulsão²⁶¹, em que a ‘pecha’ de intelectual atribuída a ele foi central.

Já apontamos a existência de um modelo de intelectual nessa obra: o intelectual revolucionário. Essa identidade constitui-se, na narrativa, pelas afirmações, mas também pelas negações. Valoriza ‘o espírito crítico’ e despreza ‘o véu da ilusão ideológica’, para citar um exemplo. Nesta parte final, queremos traçar algumas das possíveis influências de Semprún para essa noção de intelectual.

As primeiras surgem ainda em *Autobiografía*, quando afirma “que a leitura de Hegel, a descoberta de Marx e de Lukács o haviam conduzido diretamente” à luta revolucionária²⁶². Não é possível, aqui, buscar nas obras complexíssimas desses autores as influências exatas. Podemos

²⁵⁹ HERRMANN, op. cit., p. 172-3, tradução nossa.

²⁶⁰ Ibidem, p. 175, tradução nossa.

²⁶¹ Ibidem, p. 174, tradução nossa.

²⁶² SEMPRÚN, op. cit., p. 114.

mencionar, no entanto, que a influência da dialética hegeliana na interpretação da sociedade capitalista por Marx e as notáveis interpretações de Lukács sobre o leninismo. Um exemplo, porém, pode ser encontrada nas alusões a um ‘espírito absoluto’ e a um ‘reino da liberdade’, exploradas no capítulo anterior, e que remetem a pressupostos hegelianos.

Sua representação desse modelo de intelectualidade pode ser entrevista também, em 1965, quando Semprún criticava a relação entre o marxismo e a literatura, principalmente no escopo do realismo socialista de Jdanov. Para o autor, esse tratado estético estabeleceu uma relação prevalente entre as autoridades soviéticas e a literatura, cuja “consequência foi que todo o debate cultural, toda a possibilidade de contestação, toda luta ideológica foi suprimida”, o que estaria em oposição direta com o marxismo e com a literatura em si²⁶³.

No primeiro capítulo, falamos de algumas das rupturas que podem ter motivado a escrita de *Autobiografia*. Podemos complementar aqueles exemplos agora com algumas obras literárias que representaram grandes abalos para os intelectuais de esquerda num geral. O primeiro é *Um Dia na Vida de Ivan Denisovich*, lançado por Alexander Soljenítsin em 1962, o primeiro livro publicado na URSS sobre a repressão stalinista. Nele, um soviético libertado dos campos de concentração alemães é acusado de espionagem e enviado a um *Gulag*. Como já vimos, tais processos de fato ocorreram após o fim da Segunda Guerra Mundial. Semprún diz que esse livro

destrói qualquer possível inocência da minha geração. Nós voltamos dos campos de concentração nazistas, nós éramos os justos, o mal havia sido punido, a Justiça e a Razão retornaram conosco [...]. O que resta é a aguda consciência da responsabilidade, não somente pelo passado, mas pelo presente e pelo futuro também²⁶⁴.

Nessa fala de 1965, ano em que se confirmou sua expulsão do PCE, Semprún expressa a desilusão com o comunismo real que marcou toda uma geração de intelectuais a partir da denúncia dos crimes stalinistas. O livro de Soljenítsin, afirma o autor, impulsionou sua reavaliação do cárcere em *Um Belo Domingo*:

Meu livro [*A longa viagem*] estava sendo impresso quando li *Um dia na vida de Ivan Denissovitch*. Assim, antes mesmo do meu livro ser publicado, já sabia que um dia eu o reescreveria. Sabia então que era preciso destruir a inocência da memória. Sabia que precisava reviver minha experiência de Buchenwald, hora a hora, com a certeza desesperada da existência simultânea dos campos russos, do Gulag de Stalin²⁶⁵.

²⁶³ SEMPRÚN, Jorge. Socialism and Literature. **New Left Review**, Londres, v. 1, n. 30, mar./abr. 1965, p. 78, tradução nossa.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 78, tradução nossa.

²⁶⁵ SEMPRÚN, 1982, p. 382.

Essa desilusão obviamente não foi somente de Semprún. Já citamos, nesse sentido, o exemplo do Partido Comunista Britânico. Em 1974 Soljenítsin voltou a perturbar os círculos intelectuais europeus. Jean-François Sirinelli aponta que *Arquipélago Gulag*, sobre o funcionamento dos campos de trabalho forçado soviéticos, gerou um novo “processo de questionamento ideológico do marxismo” na esquerda, cuja “forma mais palpável [...] foi o desenvolvimento de uma reflexão antitotalitarista”²⁶⁶. Sirinelli fala, em específico, dos círculos intelectuais franceses, mas considerando que estes eram os mais frequentados por Semprún, certamente ele tomou conhecimento da obra. Podemos supor que foi mais um dos combustíveis para sua crítica ao comunismo espanhol – e soviético – em *Autobiografia*.

Em 1989, quando ocupava o cargo de Ministro da Cultura em um governo socialista espanhol, Semprún voltou a falar sobre a sua visão da intelectualidade. Afirmava então que essa visão de um intelectual crítico tinha “um condicionamento histórico muito preciso e muito concreto”, a saber, “o de restabelecer essa visão crítica na intelectualidade de esquerda que, por motivos históricos muito fáceis de compreender desde os anos 30, esteve num compromisso político muito desejável e muito compreensível mas sem a lucidez crítica”. Os intelectuais eram, nesse período, cegados por “seu compromisso político”²⁶⁷.

Nesse sentido afirmou que, nos anos 1960, a tarefa que tinha consigo mesmo enquanto intelectual “era de restabelecer comigo mesmo, com meu próprio passado, com minhas próprias idéias e com as idéias das pessoas que me eram mais próximas, uma lucidez crítica”²⁶⁸. Supomos que *Autobiografia de Federico Sánchez* tenha servido como mediador necessário para acessar a si mesmo nesse processo de auto-objetivação. Esse impulso ao distanciamento crítico, como vimos, não impediu omissões e silenciamentos de certos aspectos de seu passado.

Ao ser questionado sobre o papel do intelectual na sociedade daquele momento, final da década de 1980, Semprún afirmou existir um compromisso com a sua própria obra, mas também um compromisso com a sociedade. Sabendo de tudo que exploramos neste trabalho, no entanto, não é nenhuma surpresa que ele afirme que tal “compromisso não pode ser delegado a um partido político de esquerda que pretenda possuir a verdade absoluta”²⁶⁹.

²⁶⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: AZEVENDO, Cecília et al (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2009, p. 49.

²⁶⁷ JOSEF, Bella. Lucidez é dever do intelectual. Entrevista de Jorge Semprun a Bella Josef. **O Estado de São Paulo: Cultura**, São Paulo, a. 7, n. 451, 11 mar. 1989, p. 11.

²⁶⁸ Ibidem, p 11.

²⁶⁹ Ibidem, p. 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autobiografía de Federico Sánchez foi lançado após ganhar o Prêmio Planeta de 1977, um dos mais importantes concursos literários da Europa. A controvérsia foi imediata. Em primeiro lugar, acusaram a editora responsável de ter concedido o prêmio antes mesmo de lançar o concurso dado o caráter ‘anticomunista’ da obra. Em segundo, o próprio conteúdo da obra gerou uma enxurrada de reações²⁷⁰. Santiago Carrillo, por exemplo, afirmou que o texto era “parte de uma campanha organizada contra o eurocomunismo”²⁷¹. Já Manuel Azcarate, um dos membros do executivo do PCE na época de Semprún, disse que o livro continha “una serie de informaciones que considero unilaterales, caricaturescas, falsas”²⁷².

Fica evidente que, naquele momento, a obra teve interpretações políticas. Da mesma maneira teve *intenções* políticas. O texto em si aponta para um acerto de contas do intelectual com o partido e os colegas de militância. Anos mais tarde, como vimos, Semprún admitiria que partia tanto de uma necessidade de encerrar aquele período da sua vida, quanto de disputar a memória da oposição antifranquista.

Considerando que as escritas de si surgem em momentos de ruptura e desajustamento, buscamos enumerar e entender alguns deles. A condenação injusta na URSS de militantes libertos nos campos de concentração, a denúncia de Stalin, o processo de destalinização abortado e o conhecimento sobre os horrores dos campos de trabalho forçado soviéticos foram alguns dos fatores externos ao PCE, essa ‘família simbólica’ de Semprún, que exploramos. As práticas antidemocráticas do partido, o subjetivismo, o culto de personalidade, a insistência em uma política falha e a ‘traição’ da expulsão foram alguns dos internos.

Defendemos que as rupturas principais, que ensejaram o investimento de Semprún na memória e tornaram necessárias para ele a escrita de *Autobiografía de Federico Sánchez*, foram o fim da ditadura de Franco e a redemocratização espanhola. Em primeiro lugar porque, finalizado esse momento histórico do regime fascista, Semprún sentiu-se seguro para falar abertamente sobre a luta clandestina, seus participantes e sua organização, o que seria impossível sob uma ditadura. Em segundo, pôde usar seu olhar retrospectivo e o conhecimento do ‘final’ da história do regime para moldar sua narrativa sobre a resistência antifranquista empreendida pelo Partido Comunista da Espanha, disputando seu lugar no panteão dos protagonistas da resistência ao franquismo.

²⁷⁰ GONZÁLEZ ARIZA, Fernando. **Cincuenta años de Premio Planeta**: Historia y estrategias comerciales. Madrid: Sial Editores, 2008, p. 84.

²⁷¹ Ibidem, p. 85, tradução nossa.

²⁷² AZCARATE, Manuel. Comentarios personales sobre la “Autobiografía de Federico Sánchez”. **El País**, Madrid, 4 jan. 1978.

Ao falar sobre a análise da situação espanhola feita pelo PCE nas décadas de 1940 e 1950, Semprún reconhece: “Tudo isto eu digo hoje, a posteriori. É fácil dizê-lo, não há mérito algum. A história já pôs fim a este assunto”²⁷³. Esse reconhecimento soa como uma defesa prévia, uma maneira de se resguardar, um fazer a autocrítica antes que os outros a façam. Como vimos, isso se insere na retórica stalinista que Semprún não conseguiu abandonar, apesar de todos os seus esforços para provar o contrário.

Além das intenções políticas que já mencionamos, demos destaque aos objetivos que o texto pode ter tido para o próprio autor. Herrmann fala em um retorno para certos valores comunistas, um acordo de paz com a solidariedade, união e companheirismo dos militantes, que sobreviveu mesmo no ápice do stalinismo²⁷⁴. Exploramos, além disso, a reconstrução de um certo modelo de intelectual em sua narrativa, que passou pela crítica da ‘fé no partido’ do ‘intelectual stalinizado’ até à ode a um intelectual revolucionário, ciente de seu papel transformador na sociedade. Tudo isso esteve marcado pela dinâmica de funcionamento memória, seus meandros, suas discontinuidades, suas omissões, seus esquecimentos, mas também pelo seu poder reparador, que se estabelece pela via da narrativa.

Semprún seguiu em sua função de intelectual e mediador cultural, publicou mais de vinte livros, todos com elementos autobiográficos, escreveu roteiros, participou de conferências e manteve-se ativo da vida política de seu país e da França. Na redemocratização o partido socialista despontou como uma força política relevante na Espanha e, no final da década de 1980, Semprún compôs o gabinete de um dos governos dos socialistas como Ministro da Cultura. Continuou atuante até sua morte em 2011, quando foi qualificado como “uma memória do século XX”²⁷⁵.

Houve a tentativa, aqui, de oferecer uma interpretação política dessa obra de Semprún baseada em outros pressupostos que não a ideologia político-partidária que ele sempre questionou. Somos seres políticos, estamos rodeados pela política, e não podemos deixar de pensar no presente em que surge esta escrita que se pretende histórica. Podemos falar, por exemplo, do governo socialista de Pedro Sánchez, que está na presidência da Espanha desde 2018. Devemos falar, no entanto, sobre o que os intelectuais – comunistas ou não – representam atualmente.

²⁷³ SEMPRÚN, 1984, p. 85.

²⁷⁴ HERRMANN, op. cit., p. 167.

²⁷⁵ RODRÍGUES MARCOS, Javier. Muere Jorge Semprún, una memoria del siglo XX. *El País*, Madrid, 7 jun, 2011, tradução nossa.

Vivemos um período de desqualificação da intelectualidade, acompanhada de um desprezo pelas ciências, pela história e pelos direitos humanos. Como Semprún, aqueles de nós que se posicionam contra esse obscurantismo tendem a ser ver ‘do lado certo da história’, do lado da ‘justiça e da razão’. Como ele, porém, podemos ignorar nossos próprios erros e omissões. Nas palavras de Edward Said: “A tarefa do intelectual é, creio eu, universalizar, clara e inequivocamente, a crise, dar uma maior abrangência humana ao que uma dada raça ou nação sofreu, associar essa experiência aos sofrimentos outros”²⁷⁶. A crítica ao nosso presente é, nesse sentido, tão fundamental quanto a crítica ao passado.

²⁷⁶ SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as palestras de Reith de 1993. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 49

REFERÊNCIAS

- ALVES, Tiago João José. **A pátria socialista: a URSS sob o imaginário do PCB (1946-1953)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000197070>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- AMO GONZÁLEZ, Íñigo. **El ciclo de Federico Sánchez de Jorge Semprún: Entre la autoficción y la memoria política**. 2010. 107 f. Tese (Doutorado em Filologia, Estudos Linguísticos e Literários) – Departamento de Literatura Española y Teoría de la Literatura, Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 2010.
- ANHEIM, Étienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre “A memória, a história e o esquecimento”, de Paul Ricœur. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 151-154.
- ANSON, Beatriz. **The limits of destalinization: The Spanish Communist party (1956-1965)**. 2003. 317 f. Tese (Pós-Doutorado em Economia e Ciência Política) – London School of Economics and Political Science, University of London, Londres, 2002. Disponível em: http://etheses.lse.ac.uk/2291/?from_serp=1. Acesso em: 26 out. 2018.
- ARENDDT, Hannah. Religion and Politics. In: _____. **Essays in understading: 1930-1954**. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co, 1994. p. 368-390.
- ASSMANN, Aleida. To Remember or to Forget: Which Way Out of a Shared History of Violence? In: ASSMANN, Aleida; SHORTT, Linda (org.). **Memory and political change**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012. p. 53-71.
- AZCARATE, Manuel. Comentarios personales sobre la “Autobiografía de Federico Sánchez”. **El País**, Madrid, 4 jan. 1978. Disponível em: https://elpais.com/diario/1978/01/04/opinion/252716401_850215.html. Acesso em: 03 jun. 2019.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2277>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.
- BRANDENBERGER, David. Stalin as symbol: a case study of the personality cult and its construction. In: DAVIS, Sarah; HARRIS, James (org.). **Stalin: A New History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 249-70.

CHEUV, Feliks Ivanovich. **Conversations avec Molotov**: 140 entretiens avec le bras droit de Staline. Paris: Albin Michel, 1995 [1991].

CORREIA, Carlos João. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. Tradução comentada de “L’Identité narrative” de Paul Ricoeur. **Arquipélago**, Ponta Delgada, n. 7, p. 177-94, 2000.

DURÁN LÓPEZ, Fernando. La autobiografía como fuente histórica: problemas teóricos y metodológicos. **Memoria y Civilización**, Pamplona, n. 5, p. 153-187, 2002. Disponível em: <http://dadun.unav.edu/handle/10171/9230>. Acesso em: 25 out. 2018.

ERICE, Francisco. El Partido Comunista de España, el giro de 1956 y la lectura selectiva del XX Congreso. **Nuestra Historia**, Madrid, n. 2, p. 66-88, 2016. Disponível em: https://revistanuestrahistoria.files.wordpress.com/2016/12/nh2_2016_erice1.pdf. Acesso em: 25 out. 2018.

FENNEL, Lee Anne. Unquiet Ghosts: Memory and Determinism in Faulkner. **The Southern Literary Journal**, Chapel Hill, v. 21, n. 2, p. 35-49, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/20078238.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

FERNÁNDEZ, Carlos. Memoria e historia en la obra de Jorge Semprún. **Minius**, Ourense, n. 13, p. 253-268, 2005. Disponível em: <http://minius.webs.uvigo.es/docs/13/15.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

GILL, Graeme. **Stalinism**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1998.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: _____. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

GONZÁLEZ ARIZA, Fernando. **Cincuenta años de Premio Planeta**: Historia y estrategias comerciales. Madrid: Sial Editores, 2008.

GROPPO, Bruno. O comunismo na história do século XX. **Lua Nova**, São Paulo, n. 75, p. 115-141, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000300007>. Acesso em: 13 jun. 2019.

_____. Memoria, remoción, olvido del estalinismo en la Rusia postsoviética. **Aletheia**, La Plata, v. 8, n. 15, out. 2017. Disponível em: <http://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/numeros/numero-15/traduccion/memoria-remocion-olvido-del-estalinismo-en-la-rusia-postsovietica>. Acesso em: 08 ago. 2018.

HERRMANN, Gina. **Written in Red: The Communist Memoir in Spain**. Urbana: University of Illinois Press, 2009.

HOPKINS, Stephen. Still a ‘Spanish Red’? The communist past and national identity in the writing of Jorge Semprún. **Twentieth Century Communism**, Londres, n. 3, p. 70-91, jul. 2011.

JOSEF, Bella. Lucidez é dever do intelectual. Entrevista de Jorge Semprun a Bella Josef. **O Estado de São Paulo: Cultura**, São Paulo, a. 7, n. 451, p. 11-2, 11 mar. 1989.

KATONA, Eszter. ¿Autobiografía de quién? Búsqueda de la identidad entre Federico Sánchez y Jorge Semprún. **Colidancias**, Timișoara, n. 3, p. 107-16, 2012. Disponível em: <https://colindancias.uvt.ro/index.php/colindancias/article/view/78>. Acesso em: 22 out. 2018.

KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 73-100, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a04v24n48.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. O singular plural. **SocioFilo**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://blogdosociofilo.com/2016/11/16/o-singular-plural-2/>. Acesso em: 04 jun. 2018.

LEJEUNE, Philippe. El pacto autobiográfico. **Suplementos Anthropos**, Barcelona, n. 29, p. 47-61, dez. 1991.

LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo?. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 298-315.

MARUJO, José Carlos. O “ditador desaparecido”: a morte de Josef Stalin nas páginas do jornal *A Notícia* (Joinville, 1953). **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 42-52, 2017.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim.... In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 239-59.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 15-38.

_____. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NIETO, Felipe. La constitución de la organización comunista de los intelectuales, Madrid, 1953-1954. **Espacio, Tempo y Forma**, Madrid, n. 20, p. 229-247, 2008. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/ETFV/article/view/1512>. Acesso em: 28 out. 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01803509>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PARTIDO COMUNISTA DE ESPAÑA. **V Congreso del Partido Comunista de España**. Informe sobre problemas de organizacion y los estatutos del Partido. Châteauroux: PCE, 1954.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-12, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108>. Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 19 abr. 2019.

RICŒUR, Paul. Historia y memoria: La escritura de la historia y la representación del pasado. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (org.). **Historizar el pasado vivo em América Latina**. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, 2007. 28 f.

RODRÍGUES MARCOS, Javier. Muere Jorge Semprún, una memoria del siglo XX. **El País**, Madrid, 7 jun, 2011. Disponível em: https://elpais.com/cultura/2011/06/07/actualidad/1307397609_850215.html. Acesso em: 15 jun. 2019.

ROUSSO, Henry. H. Vichy, le grand fosse. **Vingtième Siècle**, Paris, n. 5, p. 55-80, jan./mar. 1985. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1985_num_5_1_1115. Acesso em: 24 jun. 2019.

ROXO, Marco; MOURÃO, Mônica. Jornalismo, memória e clientelismo: o pacto entre comunistas e imprensa conservadora no brasil. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 251-70, 2013.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: escrituras híbridas das catástrofes. **Gragotá**, Niterói, n. 24, p. 101-117, 2008. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/250>. Acesso em: 23 out. 2018.

SEMPRÚN, Jorge. **Autobiografía de Federico Sánchez**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Socialism and Literature. **New Left Review**, Londres, v. 1, n. 30, p. 76-79, mar./abr. 1965. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/I30/articles/jorge-semprun-socialism-and-literature>. Acesso em: 15 abr. 2019.

_____. **Um belo domingo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais do final do século XX: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: AZEVENDO, Cecília et al (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 47-57.

TREGLIA, Emanuele. El PCE y la huelga general (1958-1967). **Espacio, Tiempo y Forma**, Madrid, v. 20, p. 249-63, 2008. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/ETFV/article/view/1513>. Acesso em: 25 jun. 2019.

WOOD, Alan. **Stalin and Stalinism**. Abingdon/Nova Iorque: Routledge, 2005.

YUSTA, Mercedes. La cultura política comunista española durante la Guerra Civil y el Primer Franquismo: ¿una “religión laica”? In: GENEVOIS, Danièle Bussy (org.). **La laicización a debate (siglos XIX-XX)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2011. p. 349-374.